

Legados de Norberto Bobbio

MIGUEL REALE

Quando, em 1983, Norberto Bobbio¹ veio ao Brasil, a convite da Universidade de Brasília, coube-me a honra de saudá-lo em nome dos pensadores brasileiros. Lembrei, de início, que tivera a iniciativa, na década de 1960, de tornar mais conhecido seu pensamento entre nós graças à inclusão, na “Coleção Direito e Cultura”, por mim dirigida na Editora Saraiva, de bem escrita monografia de autoria do Padre Astério de Campos sobre suas teorias.

Desde então fiquei cada vez mais convencido de que Bobbio nunca se preocupou com a qualificação de sua própria posição filosófica, preferindo o papel de maior esclarecedor e mentor das idéias jurídicas e políticas fundamentais, visando sempre o aprimoramento da democracia.

Assim sendo, declarei não considerá-lo um neopositivista, como geralmente se fazia, mas sim um filósofo que timbrava em extrair o suco essencial das doutrinas, sem se filiar a nenhuma delas.

Jornalista, professor e jurista. A sua obra, com cerca de 60 livros publicados, compreende os campos da Filosofia e Filosofia Jurídica, da Teoria Geral do Direito e Teoria Geral do Estado, além de monografias e estudos em quase todos os ramos do Direito Público e Privado.

¹ Filósofo e pensador italiano, Norberto Bobbio faleceu no dia 9 de janeiro de 2004, aos 94 anos,

Na resposta por ele dada e que muito me sensibilizou, concordou o mestre itálico com a minha observação, chegando a se considerar menos um filósofo do que um teórico da ciência, sem ter tido jamais a pretensão de “formular concepções gerais da realidade”.²

Talvez terá sido a sua maior contribuição à história da cultura a sua constante preocupação no sentido de revelar o *essencial das doutrinas fundamentais*. Ninguém, a meu ver, soube penetrar tão profundamente na essência do pensamento filosófico-jurídico de Kant, sem se tornar kantista, ou de Hegel ou Marx sem ser hegeliano ou marxista.

Preferia ser, como então asseverou, um homem do Renascimento, “um anão sobre os ombros dos gigantes”, podendo, assim, ver mais ou melhor do que eles, a cuja existência devemos ser eternamente gratos. Essa é uma das atitudes mais complexas e difíceis, constituindo a opção pelo amor da idéia como idéia, tão-somente em função dos valores supremos do processo cultural, para o progresso impessoal da ciência.

Uma das obras mais aliantes de Benedetto Croce é *O que está vivo e o que está morto na filosofia de Hegel*, na qual é apresentado o que há de profundo e perene no idealismo hegeliano, sem necessidade de se tornar adepto dessa corrente de pensamento. Pode-se dizer que Bobbio aplicou essa diretriz em relação aos fundadores da ciência jurídico-política atual, dispensando especial atenção às condições peculiares de cada momento histórico.

Na realidade, ele foi além da mera apreciação doutrinária dos livros e monografias dos autores, porquanto aplicou os mesmos critérios relativistas no exame da época em que eles atuaram, daí resultando um *historicismo aberto* às inovações imprevisíveis da sociedade e da ciência, livre dos obstáculos e impedimentos apontados por Karl Popper em sua conhecida crítica do historicismo.

O que mais me seduz na obra de Bobbio é a sua *crítica histórica*, a sua capacidade de captar o que há de mais significativo e fecundo nas produções filosóficas e científicas, sempre em íntima e concreta correlação com as necessidades individuais e coletivas.

² Cf. Carlos Henrique Cardim, org. *Bobbio no Brasil*. Ed. Universidade de Brasília, 2001, p. 31.

Ele, por exemplo, soube ver, em Hobbes, mais do que um teórico do *Leviathan*, do Estado autoritário (como via de regra se fazia), para nos revelar um pensador empenhado em demonstrar a positividade essencial do poder, motivo pelo qual tanto o direito como a política não podem deixar de ser estudados como ciências positivas. Nesse sentido, lembrava ele o ensinamento hobbesiano de que “*auctoritas, non sapientia, facit leges*” (a autoridade, não a sabedoria, faz as leis). Era, em suma, toda uma nova visão de Hobbes que se descortinava graças à sua aguda interpretação.

Nessa ordem de idéias, em seu pronunciamento em Brasília, Bobbio confessava que se considerava “positivista no sentido jurídico e não no sentido filosófico”, acrescentando que o neopositivismo foi para ele uma experiência útil, visto parecer-lhe que os instrumentos lingüísticos que ele fornece à análise do Direito são da maior relevância para a Hermenêutica Jurídica.

O mesmo equilíbrio se nota no concernente à *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen, cuja contribuição maior seria constituída pela demonstração de que no direito *o essencial é a sua dimensão normativa*, parecendo-lhe secundário o fato de ser esta apresentada de maneira formalista, sob a influência de Kant. O importante no kelsenismo, no seu entender, é a visão do ordenamento jurídico como um escalonamento normativo, válido de *per si*, e não como criação do poder estatal.

No que se refere à “teoria tridimensional do direito” – cujos pressupostos me pareciam presentes em seu pensamento – Bobbio declarou ter-se aproximado de minha posição, pela seguinte razão: “Teoria tridimensional quer dizer exatamente que o mundo do direito tem de ser visto sob três pontos de vista inseparáveis: o ponto de vista dos valores, o ponto de vista das normas e o ponto de vista dos fatos. Daí surge a filosofia do direito propriamente dita, ou seja, a filosofia dos valores jurídicos, a teoria geral do direito que se ocupa do ordenamento jurídico, e a sociologia do direito que se ocupa do direito como fato. Creio que se se quiser ter uma visão completa da experiência jurídica, será necessário ter em vista esses três pontos de vista. A diferença está em que jamais teorizei essas três dimensões do direito, embora as tenha

aplicado, sem nunca ter elaborado uma teoria a respeito delas.” (Obra citada, pág. 30.)

Com esses três exemplos, penso ter demonstrado que o que caracteriza a crítica histórica de Norberto Bobbio é a constante procura dos elementos essenciais, evitando generalidades que possam suscitar dúvidas.

Por outro lado, esse empenho pelo essencial nunca implicou a aceitação de qualquer reducionismo, perdendo-se o pesquisador na busca de um único elemento para explicar experiências complexas como as do direito e da democracia.

Nesse sentido, poder-se-á talvez afirmar que, em sua longa vida criadora, nenhuma aspiração terá sido maior do que a persistente indagação de Bobbio quanto à *essência da Democracia*, que uns fundam na *liberdade*, enquanto outros invocam a *igualdade*.

Para ele, e é um dos mais relevantes legados de seu fecundo magistério, liberdade e igualdade são valores necessariamente complementares, o que o fez – a exemplo do que já o fizera Carlos Rosselli, na longínqua década de 1930 – optar pelo “socialismo liberal”, após várias experiências, intensamente vividas, como a do marxismo e da social-democracia. Liberalismo e socialismo, a seu ver, não são idéias ou ideais contrapostos, mas que devem, ao contrário, se conciliar entre si, na medida em que o permitam as variáveis situações históricas de cada povo.

Essa conclusão não o impedia de considerar-se um “homem de esquerda”, posição que, a seu ver, se justificará até e enquanto houver tantas desigualdades e exclusões sociais como as que ainda existem. No meu entendimento, todavia, se liberalismo e socialismo convergem no sentido de uma solução conciliadora, tanto o “socialismo liberal” como o “liberalismo social”, de minha preferência, apontam para o *centro* superador do conflito das ideologias. É essa a conclusão a que chego em meu livro *O Estado Democrático de Direito e o conflito das ideologias*.³

³ São Paulo: Saraiva, 1998. 2^a ed., 1999.

A invenção da cidade moderna na literatura

EDUARDO PORTELLA

A cidade é hoje o espaço mais provocador de que dispomos. Porém provocador em pelo menos dois sentidos: enquanto berço de civilização e endereço da barbárie.

1. A invenção da cidade moderna se equilibra, ou se desequilibra, sobre um movimento tenso de relações de produção e produção de relações.

É claro que na literatura, ao contrário da economia, predomina a produção de relações, seus impasses freqüentes, seus encontros fortuitos. Encontros e impasses constituindo a infundável e perigosa trama da cidade moderna.

2. Talvez devamos perguntar, sem muita esperança de resposta, sobre quem inventou quem?

Se levamos em conta a genealogia distante, que remonta à Babilônia e à Jerusalém, devemos concordar que a cidade precede a modernidade, mas já então rodeada de mitos e conflitos.

Palestra
proferida no
Centro Cultural
Banco do Brasil,
em 7 de maio de
2003.

Se chegamos para mais perto de nós então nos deparamos com a cidade das Luzes, ou com as luzes da cidade, ou com esse lusco-fusco, que é perturbação e metáfora.

3. A cidade é ou deve ser o ente associativo. Quando não o é, ela se desciviliza, desurbaniza-se, se parte em pedaços. E esses pedaços dissolutos são apenas representações da desagregação, são ruínas no sentido imediato do termo. Tudo porque na cidade se confrontam segmentos sociais diversos, intercâmbios simbólicos, olhares furtivos, carregados de luto e de promessa. E a literatura consegue guardar, apesar dos pesares, a chave desse insólito lugar, dessa cidade morta e cada vez mais viva. A literatura, ao mesmo tempo em que reflete, inventa a cidade. Transpõe a sua geografia sob os auspícios do imaginário e do consentimento da linguagem.

4. Na concepção ideal da cidade moderna se destacava um centro, que por sua vez correspondia a um determinado sistema de centralidades. Com o passar dos dias o centro foi se descentralizando, e freqüentemente a periferia irrompeu, com ou sem metáfora, no coração da cidade. O “centro da cidade”, que os países metropolitanos cultuaram por tantos séculos, parece haver assumido a forma do “shopping center”. Já se fala até na geração “shopping center”. Mas tenho a impressão de que, antes de deslocar, ou, como querem alguns, de recuperar o indivíduo expatriado, devemos substituir o paradigma da centralidade. Talvez procurar uma ontologia da forma urbana, que hoje só existe como ausência, no marco do *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. Macabea, a personagem emblemática dessa narrativa, foi tragada pela voracidade da megalópole. E, desde então, as instâncias de aniquilamento se multiplicaram assustadoramente.

5. Edgar Allan Poe percebeu os primeiros movimentos dessa invenção precocemente desfigurada, dessa cidade moderna na qual o interior e o exterior não se comunicavam nem se entendiam. A sua narrativa “O homem da multidão” é bem ilustrativa dessas primeiras desolações.

6. Charles Baudelaire, já considerado “o poeta do homem da rua”, tentou superar esse impasse. Metaforizou as “passagens” de Paris, possível enlace entre o espaço privado e o espaço público. Também fez do *flâneur* o repórter imaginoso da vida cotidiana, e do *dandy*, o seu crítico enviesado e silencioso. Não sei se avançou muito. A derrocada da *urbs*, da *civitas*, da *polis*, jamais cessou, em meio aos desmandos da cidade, contraditória e inconciliável, ou somente conciliável como desejo. Baudelaire contudo alegorizou o *spleen*, a prematura melancolia da cidade desejada. Já Balzac constituiu a representação superlativa das “ilusões perdidas”.

7. A invenção da cidade moderna foi precoce na Europa e retardatária na América Latina. A cidade pré-moderna não poderia estar mais bem representada no Brasil: Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio (cito apenas alguns nomes). Já no período modernista, Mário de Andrade e Manuel Bandeira fizeram duas aparições diversas: o primeiro antecipou a “paulicéia desvairada”; o segundo, embora crítico veemente da modernidade, evocou o Recife da sua primeira infância e sugeriu a volta utópica a Pasárgada. O período intermediário foi preenchido pela crônica. A crônica tem sido a memória viva da cidade. Na passagem acidentada do Rio placidamente suburbano para o Rio vorazmente urbano, o olhar de Nelson Rodrigues foi recolhendo, como se dispusesse de uma câmera cinematográfica, imagens descontínuas de grandes desolações no seio da família pequeno-burguesa.

8. As mutações urbanas se acentuaram cada vez mais, em contextos de baixa modernidade. A narrativa diversificada da cidade multitudinária de há muito deixou de ser a descrição idílica de um mundo de paz. Rubem Fonseca, Dalton Trevisan, Moacyr Scliar, Antonio Torres, João Gilberto Noll, Paulo Lins, são alguns dos seus principais intérpretes. A guerra parcelar e continuada invadiu o território urbano. E a cidade muda com essa trepidação bélica. E muda para pior. Deixou de ser a invenção ilustrada dos nossos antepassados modernos. Hoje é antes uma invenção rasurada.



J O R G E A M A D O

G A B R I E L A
C R A V O E C A N E L A

M A R T I N S

Novela-crônica, um novo gênero: jornalismo e literatura

ARNALDO NISKIER

*“As fotos não explicam nada. Uma fotografia mostra algo,
mas apenas as palavras explicam o que você vê.”*

SUSAN SONTAG

Dentro dessa imensa área que é o jornalismo-literatura, abriu-se um novo gênero, talvez nem tão novo assim, que se chama novela-crônica. Os primórdios podem ser encontrados nas famosas novelas de rádio, com autores como Dias Gomes, Amaral Gurgel, Mário Lago, Janete Clair e Moisés Weltman, para só ficarem, passando em seguida pelas fotonovelas. A revista *Sétimo Céu* inovou com a criação das primeiras brasileiras, tomando por base trabalhos como a série “Adelaide Simon não quis matar”, de Mário Lago, na Rádio Nacional. E seguiram-se outras. Fizeram grande sucesso, nas décadas de 60 e 70.

Depois veio mesmo a afirmação das telenovelas. Fato pouco divulgado, na década de 80, foi a participação do Acadêmico Carlos

Conferência
proferida
durante o
Seminário
Internacional
promovido na
Academia
Brasileira de
Letras, em 9
outubro de
2003.

Heitor Cony na construção das bem-sucedidas novelas da Rede Manchete, *Dona Beja* e *Cananga do Japão*. Até chegarmos a *Mulheres apaixonadas*, de Manoel Carlos, que alcança incrível sucesso, na Rede Globo, com o batismo definitivo da novela-crônica. Uma inteligente mistura de ficção e realidade, prendendo o público de milhões de telespectadores, com temas atuais do cotidiano da nossa movimentada sociedade.

Se são usados fatos do dia-a-dia, é jornalismo. Se tudo é escrito de forma sensível e com um espírito raro de oportunidade, aí o mérito maior de Manoel Carlos, como dissociar o fenômeno de audiência do tema de jornalismo e literatura? Por que aceitar a tese de que só pertence a esse gênero o que sai em jornal, revista ou livro?

Uma foto vale por mil palavras.

Desde cedo, trabalhando com grandes jornalistas, como Justino Martins, aprendi a respeitar esta frase, hoje colocada em questão. Talvez por influência da sociedade midiática em que vivemos. A apreciada escritora Susan Sontag, por exemplo, afirma que “fotos não explicam nada. Uma foto mostra algo, mas apenas as palavras explicam o que você vê”.

Ao se dar razão à autora de “A dor dos outros”, é preciso estabelecer limites para o alcance da televisão, que é pura imagem. Pode-se criar literaturas por intermédio da mídia eletrônica? A própria superficialidade do fenômeno maior da comunicação moderna enseja o aparecimento de características que podemos chamar de literárias?

Aqui começa a controvérsia, boa companheira do pensamento. Vamos arriscar, afirmando que isso é possível. Há mais de dez anos, aqui mesmo, na Academia Brasileira de Letras, toquei no assunto, arrancando aplausos, lembro bem, de uma platéia em que estava o intelectual Afonso Arinos de Melo Franco. Ele concordou com o meu ponto de vista: existe a possibilidade concreta de uma literatura eletrônica. Basta dedicar boa atenção a determinados textos, tidos como jornalísticos, em que se verá claramente a presença do valor literário. Jornalismo e literatura praticam a simbiose, sem que possamos deixar de os reconhecer.

Querem exemplos? O texto de Armando Nogueira sobre a despedida de Garrincha, o craque das pernas tortas que ensandeceu nossos adversários na Copa do Mundo de 58, na Suécia. Ou, do mesmo autor, o texto alusivo ao gol nº 1.000 de Pelé, numa admirável leitura de Cid Moreira. Quando se estabeleceu um enlace semelhante à conjunção astral que, vez por outra, adorna o céu dos apreciadores do firmamento.

Não chego a ponto de considerar que um programa de livros na TV seja de cunho literário. Durante cinco anos, na década de 80, na Rede Manchete, dirigi o programa *Homens e Livros*, único na época que se dedicava ao tema. Mas isso era jornalismo em estado puro, mesmo contendo entrevistas com autores que diziam maravilhas sobre a nossa literatura. A marca do veículo prevaleceu sobre a natureza do programa.

A televisão é o mais poderoso instrumento de comunicação social. Representa uma verdadeira revolução nos costumes e na vida de todos. Érico Veríssimo foi lembrado como um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos depois que uma de suas obras – *O tempo e o vento* – foi adaptada para a televisão. Houve, a partir daí, um estímulo, uma excitação do mercado. O importante é tirar o indivíduo da sua inércia para que seja um consumidor em potencial.

Insisto que é sempre possível usar a TV para ações literárias. Sem receio de entrar na polêmica, posso afirmar que até mesmo isso ocorre em certas telenovelas. Nem todas são pírias e nem todas as frases ditas pelos nossos grandes atores são desprovidas de conteúdo. Por outro lado, quando se faz a adaptação de livros de nossos melhores escritores, como ocorreu com Rachel de Queiroz (*O memorial de Maria Moura*) ou Jorge Amado (*Gabriela*) estamos divulgando suas idéias centrais e, o que é fundamental, despertando interesse inusitado pela aquisição e leitura de obras-primas da nossa literatura. Isso aconteceu com Machado de Assis e José de Alencar, para só ficar nesses dois.

A televisão, inegavelmente, tem sentido cultural. É um instrumento importantíssimo de alavancagem da identidade cultural brasileira. Hoje muito mais do que ontem. Nós éramos o quintal das nações desenvolvidas, importávamos muito da programação estrangeira.

Infelizmente, isso ainda ocorre, mas o retorno da veiculação do *Sítio do Pica-Pau Amarelo* permite às nossas crianças o contato com o maravilhoso mundo de Monteiro Lobato.

Quando se fala na revivescência do poderio ou da expressão do 4º Poder, é preciso conduzir bem essa coisa extraordinária que é a força da televisão. Lamentamos profundamente que ela ainda não esteja identificada definitivamente com um procedimento sociocultural mais adequado.

Quando vejo a TV Educativa tão mal conduzida, tenho pena. Quando vejo as próprias redes comerciais dando pouco espaço à educação – elas têm problemas de sobrevivência – lamento muito também. Há uma falta de atenção notória nos textos de reportagens e novelas. Erros crassos da nossa língua são cometidos diariamente, num desrespeito inaceitável.

A TV Educativa é uma das maiores redes do mundo, com inúmeras emissoras, principalmente no interior. O Brasil têm milhões de analfabetos, semi-analfabetos ou analfabetos funcionais. A TV Educativa não poderia estar sendo usada para diminuir essas distorções?

A democracia só se consolida com uma imprensa livre. Temos que considerar que o 4º Poder nunca deixou de estar presente, com o relevo que tem e a despeito de tudo. Queremos que os poderes sejam harmônicos e interdependentes. Dentre esses poderes, a imprensa jamais deixou de ter sua reconhecida expressão.

Em 1986, o Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais elaborou e aprovou um *código de ética*, que fixa normas para atuação do profissional daquela área nas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre os próprios colegas de profissão. No art. 17 do referido código, lê-se: “*O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.*”

Entende-se a preservação da língua portuguesa como prioridade a ser observada pelos profissionais da imprensa tanto falada, quanto televisada e escrita.

Queremos todos uma imprensa responsável sem o sacrifício da sua liberdade. E sob regimes legais que não esqueçam a sua função essencial, consubstanciada no direito de crítica e no dever de informação.

~ O novo jornalismo

Desde a década de 60, nos Estados Unidos, estamos diante do que se convencionou chamar de “novo jornalismo”. Truman Capote e Norman Mailer saíram de textos antes burocráticos para promover a reportagem como criação literária. Teremos sido pioneiros com *Os sertões*, de Euclides da Cunha?

Dentro dessa reflexão cabe perfeitamente a inserção do “jornalismo investigativo”, que até já tem os seus heróis, como é o caso do jornalista Tim Lopes, que conheci ainda garoto na redação da revista *Manchete*.

A propósito de Truman Capote, autor de *A sangue frio*, que se dava inteiramente a cada livro escrito, com ele veio a valorização da reportagem, até a descrição final de enforcamentos dolorosos para o escritor. Ele se envolveu com os personagens, aumentando a dramaticidade das cenas descritas, “imaculadamente factuais”. Nasceu assim o que nos Estados Unidos passou a ser considerado “o romance sem ficção”, ou seja, jornalismo com forte dosagem de literatura. Para se transformar em obra de arte.

Temos pesquisadores que merecem respeito. É o caso de Luiz Nassif, que temos o privilégio de ler sempre na *Folha de S. Paulo*. Em “O jornalismo dos anos 90”, Nassif afirmou que nos anos 60 a imprensa descobriu o jornalismo econômico; nos anos 70, o jornalismo de negócios; nos anos 80, o jornalismo de serviços; nos anos 90, o jornalismo denunciatório; no ano 2000, “falta à imprensa se descobrir”. Há denúncias que não se confirmam – e isso enfraquece a expressão da sua força na sociedade brasileira.

Quero ainda dar uma palavra sobre o rádio, esse poderoso veículo de comunicação de massa, que atinge todos os rincões, mesmo os mais recônditos. Como colaborador durante mais de dois anos da CBN, senti o retorno das entrevistas concedidas ao repórter Alves de Melo, em geral sobre educação, e depois com os livros baseados nelas: *O diário da Educação* e *O novo diário da Educação* (Edições Consultor).

Hoje, somos presenteados diariamente com as pílulas de Carlos Heitor Cony, Heródoto Barbeiro e Artur Xexeo, na mesma CBN, com o seu *Liberdade*

de expressão, também transformado em livro. É bom ouvir comentários pertinentes e inteligentes, com sabor muitas vezes literário, misturando na mídia eletrônica poderosa os conceitos básicos de jornalismo e literatura.

Num país de oportunidades educacionais desiguais, com acesso limitado a livros, revistas e jornais, além de um contencioso de 20 milhões de analfabetos, não é despropositado esse comentário sobre o enriquecimento do que pode ser oferecido à nossa população, em termos de cultura, com o emprego de conteúdos mais bem ditos ou escolhidos. Sempre tenho em mente que, numa visita feita há dois anos à Finlândia, pude ouvir programas de rádio em latim, valorizando a língua que deu origem ao português. Quando perguntei ao ministro da Educação a razão disso, ele foi claro na resposta: “Ensinamos latim aos nossos jovens porque este país tem compromisso com a cultura clássica.” E nós, temos compromissos com o quê?

~ A imprensa no Brasil e no mundo

O papel da imprensa e, conseqüentemente, de quem escreve para ela, desde o seu surgimento no México, em 1535, e no Peru, em 1584, sempre foi relevante. Diversos historiadores afirmam que talvez fosse o Brasil o único dos países americanos que não possuía tipografias, até o findar do século XVIII. Os Estados Unidos tinham prelos em 1630, sendo o *Boston News Letter* o seu primeiro periódico, em 1704.

Somente em 13 de maio de 1808, com a chegada do Príncipe Regente D. João, instalou-se no Brasil a Imprensa Régia, que publicou o primeiro periódico, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a circular por aqui, como substituto da *Gazeta de Lisboa*, de que se vinha utilizando o Governo de Portugal para a divulgação dos fatos que diziam respeito à Família Real e dos acontecimentos que interessavam diretamente ao Governo do Reino, como a publicação de atos oficiais.

Esse periódico, que costumava sair duas ou três vezes por semana, admitidas edições extraordinárias, não mais interromperia a sua divulgação, prestando ao Governo serviços relevantes, sobretudo nessa fase em que era o único periódico a

circular no Rio de Janeiro e através do qual era possível tomar conhecimento do que se passava no resto do mundo. Mas seu aparecimento coincidiu com a divulgação de outro jornal, redigido por brasileiro, mas tendo sua redação instalada em Londres, sob as vistas do maior jornalista do seu tempo, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido na Colônia do Sacramento, numa fase em que ela estava sob o domínio de Portugal. Chamava-se *Correio Braziliense* esse periódico, que saía todos os meses, com uma média de mais de 600 páginas em cada número.

O periódico de Hipólito da Costa foi o pioneiro para a Independência do Brasil, que ele começou a defender com o primeiro número, em junho de 1808, e só veio a interromper a sua publicação depois do Grito do Ipiranga, em 1822.

A imprensa, sem dúvida, exerceu uma função essencial na condução daquele movimento, como inspiração e firmeza dos rumos indicados. Uma função que nunca deixaria de desempenhar, à margem da História do Brasil, para alcançar a abdicação de D. Pedro, com que se confirmaria a Independência. Com os grandes periódicos do Primeiro Reinado, à frente de todos, a *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, com uma função que Joaquim Nabuco classificava como uma “ditadura da opinião”. Atuando depois, ao longo do Segundo Reinado, a Imprensa teve influência preponderante na Declaração da Maioridade, com *O Maiorista*. Ou com a fase gloriosa do *Correio Mercantil*, ou com *O Brasil*, de Justiniano José da Rocha. Jornais defenderam e combateram a Lei do Ventre Livre e fizeram a campanha pelo advento da eleição direta.

Em poucos setores, a revolução industrial ou tecnológica tem sido mais profunda e extensa do que na área da comunicação, em que os seus progressos, não raro, assumem a categoria de milagres prodigiosos. Das oficinas de tipos e prensas de madeira às rotativas modernas, e atualmente ao sistema virtual, que eliminou definitivamente as distâncias físicas. Basta recordar que, até o século XVII, uma tiragem de 200 exemplares já era considerada satisfatória. O *Morning Post* valorizou a capacidade de seu comprador, Daniel Stuart, quando conseguiu elevar as suas edições de 350 exemplares a 4.800, em começo do século XIX, e já depois de o publicista Burk haver proclama-

do, na Câmara dos Comuns, dirigindo-se à bancada dos jornalistas: “Vós sois o Quarto Poder.”

Com o advento da máquina a vapor, as edições foram subindo. Em 1829, o *Times* tirava 10.000 exemplares, *Le Siècle*, em Paris, e o *The New York Herald*, 33.000, em 1849.

Cabe à imprensa a missão de levar ao povo brasileiro a sua Identidade Cultural. E não se distingue nenhum meio de comunicação nessa tarefa – rádio, televisão, revista, jornal ou livro.

A prosa reencontrada

LÊDO IVO

A prosa de José Lins do Rego tem a limpidez e a festividade das fontes castiças e o vigor da seiva que percorre as grandes árvores. É uma prosa seminal e espermática, assentada na origem e no berço, e enriquecida por uma formação literária e humana que soube assimilar as vozes da vida e o rumor do tempo.

O regionalismo de José Lins do Rego é a sua universalidade – a raiz ora profunda ora ostensivamente exposta que o situa num dos vários Nordestestes que são como as pétalas de uma flor espinhosa: o Nordeste canavieiro. A sua condição de menino de engenho lhe permitiu, desde cedo, um convívio largo e até vasto, que ia dos figurantes de uma aristocracia rural em rota batida para a decadência e o empobrecimento até as negras da cozinha e das camarinhas e as molecas piolhentas e precocemente libidinosas que tomavam banho de rio; desde os trabalhadores do eito e da bagaceira aos cangaceiros e aguardenteiros de passagem e aos às vezes obscenos ceguinhos de feira – uma fauna rica e variada em seus falares e dizeres, e em seus canta-

Este texto é a introdução do livro *O cravo de Mozart é eterno*, coletânea de crônicas e ensaios de José Lins do Rego, organizada, selecionada e apresentada pelo acadêmico Lêdo Ivo, e a ser publicado pela Editora José Olympio no corrente ano.

res. Era e continua sendo ainda hoje um Brasil sob a regência de um contraste alarmente; um Brasil trágico e triste de cortar coração mas também mágico, luminoso e festivo; com as suas fomes hereditárias e as comilanças intermináveis das cozinhas fartas e cheirosas; a sua sensualidade e espessa carga sexual; dividido entre o muito e pouco, o mais e um menos que é nada e nenhum.

José Lins do Rego guardou todo o saber lingüístico e sintático do Brasil do seu Nordeste como quem guarda um tesouro. E o era: um tesouro que, sendo a voz do presente e do instante, dos dias e das noites, constituía o erário verbal de um passado que se perde na Idade Média. Na verdade, a prosa de José Lins do Rego é uma prosa hispânica, a prosa falada e escrita e cantada de Cervantes e Gil Vicente, a prosa dos prosadores peninsulares que, iguais a cavalos, se nutriram no grande estábulo da vida. E, diante dessa prosa vital e altaneira que zomba dos ourives parnasianos e das flaubertices tropicais, diante dessa prosa senhorial e medular, chega a ser pálida a prosa embranquecida e embranquecedora de um Machado de Assis. No dilatado domínio do autor de *Fogo morto*, a prosa é a totalidade da vida; uma conversa e uma reflexão; uma narração e uma memória; um monólogo e um diálogo; um espaço verbal em que a existência respira; a melopéia de um mundo que morre.

Quer em sua ficção esplendorosa, que o coloca entre os maiores romancistas da nossa língua, quer em crônicas, ensaios e memórias, a prosa de José Lins do Rego é sempre habitada pela vida, e pela arte, e pelo tempo: pelo que há de mais visível e terrestre.

Ele viveu sempre abraçado à vida. E em seu modo de escrever, desde os primeiros tentames jornalísticos na Paraíba até a gloriosa maturidade, sobeja essa adesão à realidade e ao fluir do instante. É uma prosa do olhar, do olfato que o faz sentir o cheiro oculto das mulheres ou o de Paris, do ouvido sempre alerta para os rumores mais imperecíveis, de um paladar que sabe apreciar a maravilha de um vinho branco bem seco, de uma mão sensual.

O olhar habitua. De tanto olhar as coisas e os seres ao nosso redor, terminamos por não vê-los, ou não vê-los mais. Esse acidente, que ocorre em nossas vidas condenadas à rotina da contemplação distraída, também ocorre na arte

e na literatura. Os escritores e artistas, habituados a olhar a realidade, terminam deixando de enxergá-la. E assim a realidade finda escamoteada e seqüestrada, convertida em matéria indecisa ou mesmo ausente, numa espécie de terra de Mãe Joana.

O grande mérito dos romancistas nordestinos da década de 30 foi terem tido olhos para ver a realidade ambiente, e voz para exprimir essa contemplação. Seus olhos foram olhos novos – e nova foi a voz quase sempre indignada. A voz de uma nova linguagem.

Esse modo original de ver e olhar não se restringe, no caso de José Lins do Rego, à ficção em que retratou o Nordeste canavieiro e messiânico dos senhores de engenho e dos cangaceiros. Está também, e inarredavelmente, em suas crônicas e ensaios, nas notas e observações sobre criaturas e paisagens, no registro de seu convívio literário e humano, nas suas críticas de escritor sem papas na língua, nos textos em que evoca ou celebra os seus amigos e cupinchas.

O viajar de José Lins do Rego revigora a sua condição de clássico da língua, colocando-o ao lado de outros brasileiros que souberam ver a diversidade do mundo, como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, Eduardo Prado e Alceu Amoroso Lima, Ribeiro Couto e Érico Veríssimo. É o andar e flunar de viajantes que não ficaram encerrados nos quartos de hotéis ou sitiados pela algaria dos seminários e congressos literários ou científicos, e souberam respirar o ar estrangeiro. E, depois, guardar essa respiração e convertê-la em visões e estampas iluminadas.

A acuidade de sua visão de viajante se acentua e atinge o ponto mais alto nas viagens pelo Brasil – quer nas de regresso à Paraíba, quando olha com olhos amadurecidos de adulto a fonte de suas vivências de menino e rapaz desbocado – tão desbocado e licencioso que a mãe de seu amigo Gilberto Freyre chegou a proibir o seu filho de freqüentá-lo, considerando-o uma péssima companhia, capaz de, com os seus desbocamentos e licenciosidades, desencaminhar o futuro autor de *Casa-grande & senzala* – quer quando, com esses mesmos arregalados olhos de míope, descobre novas paisagens e novas cidades. As suas notas sobre Cabo Frio são irretocáveis: nelas estão os homens, as águas das lagoas e o sal

procedente do mar azul, o rodopiar dos cata-ventos, o trabalho dos homens. A paisagem e a matéria humana de seu romance *Água-mãe* esplende nessa prosa em que a crônica e o ensaio se misturam, na melhor e mais clara feição inglesa. E o mesmo olhar certo de cronista e ensaísta com algo de sociólogo e ambientalista paira no longo texto sobre Vassouras e seu passado senhorial ou nas observações sobre o Rio Grande do Sul.

Caberá ao leitor desta coletânea¹ diferenciar as crônicas dos ensaios, como quem separa o trigo do trigo, pois um dos encantos dos textos aqui reunidos é o pertencimento a um gênero fronteiro e ambíguo. Eles são ao mesmo tempo crônicas e ensaios. O leitor de Montaigne, que só gostava de ler deitado numa cama, aparece e reaparece aqui, visitando vidas, obras e paragens com as suas dúvidas e certezas, interrogações e reflexões. E com a sua crítica, da arte e da vida. O julgamento da vida e da literatura atravessa o seu ensaísmo de grande conhecedor do coração humano como uma aragem ininterrupta num retrato ou num episódio de viagem. E o que há de mais estranho em sua experiência pessoal de antigo menino de engenho se mistura num contúbio harmonioso e amoroso, à sua condição de criador literário ou leitor de Proust ou de D.H. Lawrence, de Montaigne ou de Cervantes, de Thomas Hardy e Unamuno, de José de Alencar e Graciliano Ramos, de Eça de Queirós e Fialho de Almeida, de Gilberto Freyre e Jorge de Lima, de Manuel Bandeira e Lima Barreto, de Machado de Assis e Euclides da Cunha.

Nesta seleção de crônicas e ensaios, avultam vários Josés Lins do Rego que, após a sua morte, em 1958, andavam sepultados ou esquecidos, ou escondidos – como se o autor de *Doidinho* fosse só e esplendidamente um grande de Espanha do romance brasileiro, e os seus textos jornalísticos constituíssem algo de residual, a ser cautamente oculto em sua trajetória póstuma. As prosas aqui reunidas indicam que, para a compreensão e avaliação justas de José Lins do Rego, elas são necessárias e até imprescindíveis, não se justificando o escondimento de quase meio século.

¹ *O cravo de Mozart é eterno, a ser publicado pela Editora José Olympio.*

José Lins do Rego, o romancista do universo repetitivo e marasmento do Nordeste, autor de uma saga que é uma melopéia de perda e infelicidade, o ficcionista de um mundo imóvel em sua linguagem arcaica, foi também um homem de movimento, um viajante que percorria terras e via as diferenças e singularidades do mundo à maneira de um Montaigne ou um Stendhal – como se a viagem fosse uma conversação.

A prosa lépida e nervosa em que ele narra os seus dias de França e de Itália, da frígida Finlândia e da ensolarada Grécia, são amostras soberbas de um saber ver. As cigarras que ele ouvia na Grécia eram irmãs das que cantavam nas noites claras da Paraíba. A sua estranheiridade, em Paris, na Suécia ou na Inglaterra, era a sua maneira de exprimir o seu sentimento do mundo. Montaigne fala do “*vain travail de voir divers pays*”. O montaigneano José Lins do Rego não se amolda a essa sentença do autor dos *Essais*. Ver países, para ele, foi um acréscimo, uma dilatação afortunada de sua maneira de ver e ver-se, de olhar e olhar-se. De Goethe, um de seus autores favoritos, e que lhe ensinou ser o papel da arte “dar uma forma poética ao real”, ele extraiu o ensinamento de viajar sempre de olhos abertos, enxergando tanto o monumento egrégio e a relíquia preclara como a luz do dia e o andar das mulheres. Ou um cachorro numa praça.

No Brasil, o ensaio, como gênero infixo e ondulante, dentro da grande tradição ocidental, sofreu uma distorção clamorosa. Pensa-se que ele deve ser, obrigatoriamente, um texto massudo e livresco, ou um vinho branco e até tedioso, juncado de citações de autores alemães, transplantadas do espanhol, ostentando erudições imaginárias. Mas, na verdade, o ensaio é um gênero leve, fronteiro entre a literatura e o jornalismo, daí a sua origem ou lugar inicial: o jornal ou revista em que são publicados anteriormente.

A grande lição do ensaio ocidental é o da literatura em língua inglesa, com os seus ensaístas informais que escrevem sobre ruas tortas, cemitérios, cidades, viagens, cenas cotidianas, sonhos. E esse tipo de ensaio praticado pelos ingleses, se de um lado se distancia inapelavelmente do eruditismo predatório que grassa entre nós, por outro lado se aproxima da nossa crônica de jor-

nal. Um bom ensaísta é um cronista culto, que sabe escrever. E uma apostila não é um ensaio.

Grande leitor e admirador da literatura inglesa, que lia em traduções francesas (já que não lograra aprender convenientemente a língua de Shakespeare), José Lins do Rego ostenta em seu ensaísmo e em sua crônica o desembaraço, a lepidéz e a argúcia presentes no *informal essay* dos ingleses – na lição que vem de Bacon, Addison, Charles Lamb e Hazlitt e continua num Robert Louis Stevenson, num Chesterton ou num Hilaire Belloc. Ou ainda no Maurice Hewlett de “The maypole and the column” e no E. V. Lucas de “A funeral”.

Nessa fonte inestancável de prosa agarrada à vida e à hora fugidia, e que precede à crítica da vida, José Lins do Rego se abeberou para produzir uma obra literária que se distingue pela sua espessa carga vital – pelo vitalismo dos poetas carnavais e seminais que tanto amava, ou de romancistas que são também poetas, como D.H. Lawrence, cujo *Filhos e amantes* ele considerava um dos dez maiores romances de todo mundo.

“É um grande faltar, esse da vida”, cai a talho a sentença do sábio e sóbrio João Ribeiro. Essa ausência da vida que caracteriza os escritores livrescos, os que vivem enfiados em si mesmos contemplando amorosamente os seus umbigos preclaros, e não abrem as janelas de suas bibliotecas para a entrada do vento e do sol, e não se inclinam para ver o transeunte que passa, não tisna as prosas de José Lins do Rego, sejam as de sua imaginação atrelada à memória que o converteu numa espécie de Marcel Proust dos canaviais, sejam as dos ensaios e crônicas que recolhem os lampejos ou migalhas da existência cotidiana.

Desde os seus dias iniciais de literato de província, José Lins do Rego identificou no jornalismo o seu meio fundamental de expressão e comunicação. O artigo de jornal foi, assim, a sua primeira manifestação literária. Esse labor, começado na Paraíba, estendeu-se depois para o Recife e encontrou o seu tempo de maior fervilhação em Alagoas – nos nove anos, de 1925 a 1934, em que viveu em Maceió, como fiscal de bancos, e lá escreveu os primeiros romances,

Menino de engenho (1932), *Doidinho* (1933) e *Bangüê* (1934), uma temporada tão longa e fecunda que ele pode ser considerado um paraibano alagoanizado. Transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1935, ampliou a sua condição de escritor e jornalista, publicando crônicas e ensaios em *O Jornal*, o *Diário da Noite*, *O Globo*, a *Tribuna da Imprensa*, além de impor-se como crítico esportivo no *Jornal dos Esportes*.

José Lins do Rego escrevia diariamente. A sua caligrafia, uma sucessão de garranchos, era a aflição e o terror dos linotipistas; e de tal modo que havia n’*O Globo* um linotipista especializado em decifrar-lhe os hieróglifos. Cuido que, nele, nesse escritor que escrevia fluvialmente, como um rio que corre, a obrigação de escrever era suplantada pelo prazer de escrever – esse prazer dos escritores que supera o prazer de ler tão prezado pelos leitores dignos deste nome.

O artigo de jornal, sua primeira manifestação literária, foi também a última. Nos dias finais, num leito de hospital, ele me ditava crônicas ou pequenos ensaios, a sua prosa de adeus – de um adeus que ele, aliás, se recusava a dar, com o seu grande e guloso amor pela vida e o medo de morrer que o acompanhava desde a infância.

No universo de sua criação, a expressão e a comunicação formavam um todo inseparável – daí o ter sido o problema da expressão literária uma de suas preocupações predominantes, e até obsessivas, como o poderá comprovar o leitor desta antologia. Como deve exprimir-se o escritor? Deve ser gordo ou magro? À adiposidade verbal e à ênfase, ele opunha o músculo da enxutez e vigor. Num dos mais sedutores textos desta seleção, o ensaio intitulado precisamente de “Gordos e magros”, publicado num jornal de Maceió e recolhido no livro do mesmo nome, ele se concentra numa “tentativa de interpretação do estilo em literatura”. Curiosamente, essa tipologia literária, que dividia os escritores em gordos e magros, haveria de alastrar-se, como tema e reiterada rotulagem intelectual, na década de 40, com a publicação do seu livro. Os escritores brasileiros foram então inexoravelmente divididos em gordos e magros. Em gordos como o gordo Augusto Frederico Schmidt, afortunada e rotundamente gordo até em sua poesia lamentosa e solene; e magros, asceticamente magros



Lêdo Ivo e José Lins do Rego

Na dedicatória: *Para o querido Lêdo
do seu José Lins do Rego 1957*

como Carlos Drummond de Andrade. A tipologia vigente possuía uma variante, estampilhando os prosadores e poetas em derramados e comedidos. (O então jovem autor destas linhas foi tido como derramado, embora se prezasse de ser preciso e exato, e claro mesmo quando obscuro.) A contenção era, naquele tempo, uma palavra de ordem, uma decorosa intimação estética. Muitos plúmbeos ambiciosos se submeteram a dietas impiedosas para emagrecer verbalmente e assim poder ingressar na literatura. Eram dietas letais, e eles morreram de inanição.

Como deve proceder o escritor? Procurar ser o mais fiel possível à língua falada ou coloquial, ou render-se ao preceito de que língua literária, sendo uma arte e um artifício, reclama que o seu praticante se distancie da orali-

dade e da coloquialidade? Neste domínio em que a Estética e a Psicologia se entrelaçam em misterioso conúbio, ou em constante pendulação, e a Estilística se abre como um grande leque, José Lins do Rego assume a sua linhagem: a daqueles escritores que se nutrem preferencialmente da língua da vida, e não da língua dos livros. Socorria-se em Montaigne, o padroeiro dos ensaístas, para esclarecer e justificar a sua posição: “Le parler que j’aime c’est un parler simple et naïf, tel sur le papier qu’à la bouche.” Aborrecia-o a “língua de estufa”; a língua supliciada e contorcida desses escritores que vivem castigando o estilo; a língua coelhonetizada. Aos 20 anos, quando da morte de Lima Barreto, escreveu: “Os grandes escritores têm a sua língua; os medíocres, a sua gramática.” Evidentemente, o feroso provinciano aludia à correção gramatical exacerbada, à faina dos escravos dos pronomes, já que a língua é um sistema gramatical. E o grande escritor José Lins do Rego tinha a sua língua, de um vigor incomparável e, para sustentá-la, tinha a sua gramática.

A sua posição lingüística e expressional volta a definir-se, com a maior clareza e nitidez, a propósito da Semana de Arte Moderna, de 1922. O ensaio “Espécie de história literária”, publicado em jornal em 1935, recolhido em *Gordos e magros*, e que figura nesta seleção, é um texto iluminador: “Para nós, do Recife, essa Semana de Arte Moderna não existiu, simplesmente porque, chegando da Europa, Gilberto Freyre nos advertira da fraqueza e do postigo do movimento. Eu mesmo, num jornal político que dirigia com Osório Borba, me pus no lado oposto, não para ficar com Coelho Neto e Laudelino Freire, mas para verificar na agitação modernista uma velharia, um desfrute, que o gênio de Oswald de Andrade inventara para divertir os seus ócios de milionário.” E, após salientar a existência, naquele tempo, de um movimento de renovação literária no Nordeste, tendo como centro a cidade do Recife, e marcado pela independência e até hostilidade em relação a São Paulo, acrescenta: “O movimento literário que se irradia do Nordeste muito pouco teria que ver com o modernismo do Sul. Nem mesmo em relação à língua. A língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevesada quanto a dos sonetos de Alberto de Oliveira. A língua que Mário

de Andrade quis introduzir com o seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito [...]. Este livro de Mário de Andrade é um repositório de folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós. Se não fosse o autor um grande poeta, seria o *Macunaíma* uma coisa morta, folha seca, mais um fichário de erudição folclórica do que um romance.”

Hoje, sabemos todos que o século XX não foi, no Brasil, apenas e exclusivamente o século de um Modernismo que, baseado em São Paulo, se tivesse irradiado por todo o Brasil, num contágio triunfante. Foi, para nós, e dentro das mutações históricas e culturais que regem a criação literária, o século do Parnasianismo, do Realismo, do barroquismo de Euclides da Cunha, do Simbolismo, do Modernismo paulista, do Modernismo ou Regionalismo nordestino, da Geração de 45 e, finalmente, de uma criação artística desprovida de ismos, já que estes, após a Segunda Grande Guerra, deixaram de ser produzidos pela Europa e trazidos pelos navios. Nesse quadro plural, considerar o vigoroso modernismo nordestino – o de José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Ascenso Ferreira, Gilberto Freyre – uma ramificação ou *segunda fase* do modernismo paulista soa como uma heresia pedagógica, de tal modo eles se diferenciam, na condição específica de movimentos simultâneos.

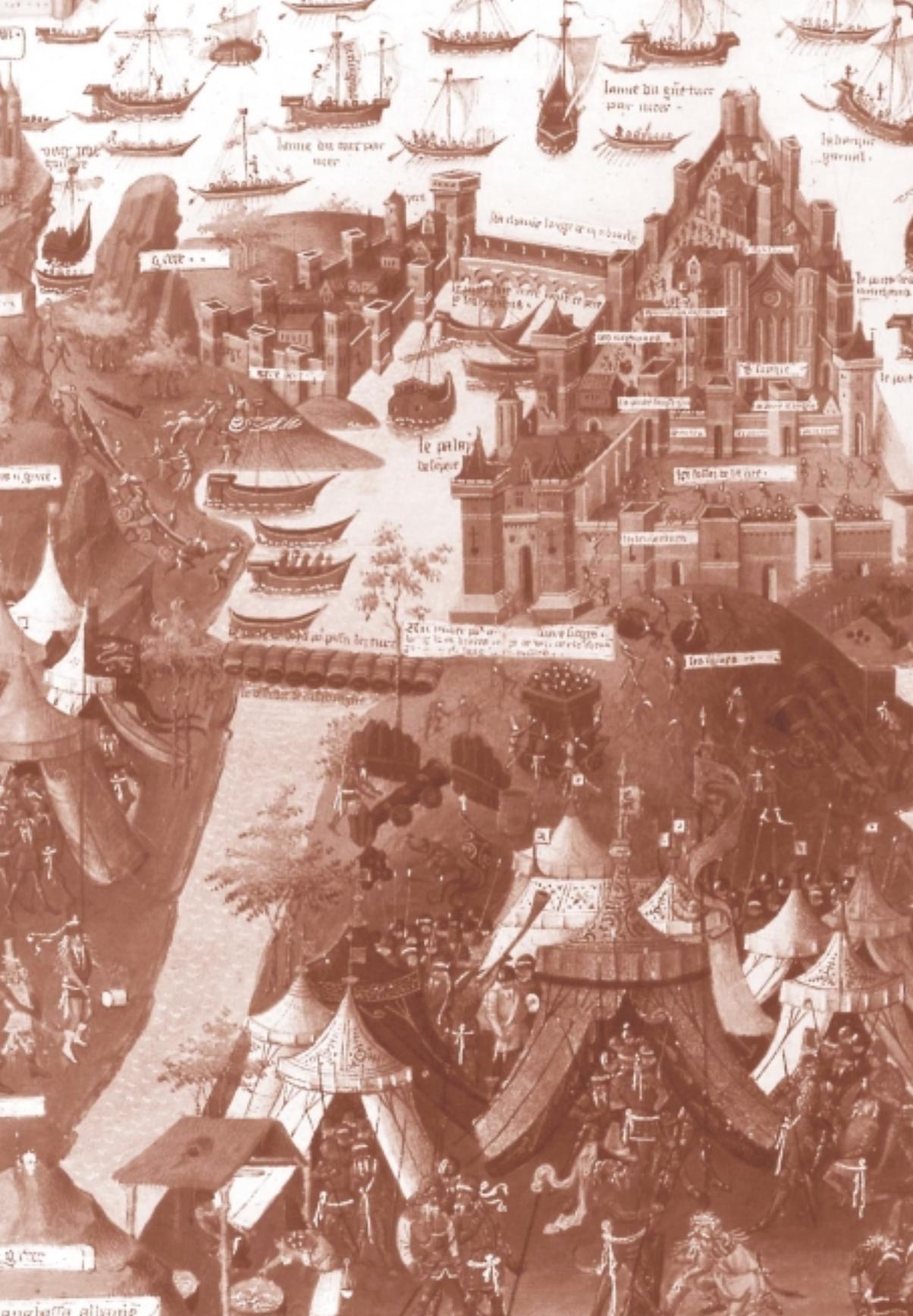
Essa diferenciação se funda no terreno lingüístico, no próprio cerne da expressão e comunicação literária. De um lado temos a língua dos modernistas de São Paulo: uma “língua inventada”, fabricada e experimental, a serviço de ruptura estética, do repúdio ao passado, da velocidade, do progresso urbano caracterizado pelo caldeamento racial decorrente da imigração, da emergência do arranha-céu, do cosmopolitismo que levou Mário de Andrade a ver o Nordeste, em *O turista aprendiz*, com olhos de estrangeiro. Do outro lado, temos uma língua que conserva o passado, memorialística e anti-experimental; a língua castiça e quase arcaica que, trazida pelo colonizador português, ficou guardada como um tesouro na boca do povo. Justamente com a utilização literária desse idioma nativo, ocorreu, na década de 20, a redescoberta de uma tradição:

a dos sobrados e casas frescas da arquitetura colonial, das igrejas meio barrocas, das feiras de passarinhos, das mangueiras adiposas, do modo de viver e comer e até de passar fome na paisagem devastada pelas secas.

No marasmo e lenteza de uma sociedade cruel em sua aparente cordialidade e afetividade, dividida em senhores e dominadores e uma fauna submissa ou excluída, surgiram os filhos rebeldes da aristocracia rural, como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, e um filho de fazendeiro falido: Graciliano Ramos. Com as suas vozes indignadas, eles denunciaram a miséria social e econômica da região, a exploração multissecular, as calamidades climáticas. Falavam pelos humilhados e ofendidos.

Até as preocupações culturais e estéticas e as leituras eram diferenciadas e se impunham como divisoras de águas e de terras. Enquanto Mário de Andrade lia Marinetti, José Lins do Rego lia Tolstoi. Enquanto Oswald de Andrade imitava Blaise Cendrars, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos liam Dostoievski e Jorge Amado descobria Máximo Gorki. Havia algo de russo nos escritores nordestinos: de uma Rússia ensolarada, de uma Rússia sem neve.

Desse mundo que o nordestino criou veio José Lins do Rego. E ele está aqui, nestas prosas desterradas. É um dos grandes clássicos de nossa língua e de nossa literatura. Com a sua obra, exemplo e visão estética, ensinou-nos que o bom ou grande escritor, como o grande ou bom jogador de futebol, deve ter fôlego e classe. E num texto emocionante, que nos induz a amar a prosa como se a prosa fosse uma mulher, ele nos ensinou, ainda, que o cravo de Mozart é eterno.



le port de la mer

A agonia da civilização

JOÃO DE SCANTIMBURGO

A civilização insere-se na chave da filosofia da História. É esse o seu objetivo, não a política, ciência do Estado, embora o homem seja, como já dizia o velho Aristóteles, animal político, pois desde que nasce até a morte vive em sociedades regidas por códigos e leis. A civilização é nutrida pelas virtudes fundamentais, que, agrupadas em torno da caridade, a suprema virtude, por ser Amor, se completa com as virtudes da prudência, da justiça, do caráter e da temperança. No mundo materializado em que vivemos, na história secularizada que nos envolveu a todos e no qual as religiões perderam a eficácia e com ela a fé, não mais temos, como o queria Santo Tomás, a religião como suporte da ação humana, segundo a estudou em profundidade Maurice Blondel.

Estamos, portanto, em uma civilização embebida de virtudes culturais, se a considerarmos, sempre da perspectiva da religião – infelizmente enfraquecida, como força moral, em nossos aziagos dias – envolvendo as atividades humanas sob o seu pálio. Infelizmente, es-

João de Scantimburgo é jornalista, filósofo e historiador, autor de uma vintena de livros, dentre os quais o *Tratado geral do Brasil, O Brasil e a Revolução Francesa, História do Liberalismo no Brasil, O Poder Moderador, A extensão humana – Introdução à Filosofia da Técnica, Introdução à Filosofia de Maurice Blondel.*

tamos na quadra histórica do ateísmo ganhando adeptos. É esse o grande mal, o mal profundo que sofrem os povos, inclusive os mais adiantados nas suas instituições. Chegamos, pode-se dizer, ao século – começo do III da era cristã – em que a civilização ocidental, com suas fortes extensões ao Oriente, atinge a um fim, que pode ser contido ou pode – a pior das hipóteses – nos arrastar ao cataclisma de um fim de instituições originadas e aperfeiçoadas século após século, até atingirmos a complexidade da vida no planeta.

Não confundimos, como fazem autores alemães, cultura e civilização, mas, separando-as, somente concebemos uma civilização alimentada por uma cultura, herdeira, para cumprir sua missão, de suas origens espirituais. Entendemos que essa cultura deva ser cristã, pois a Igreja, fundada pelo Filho de Deus, teve a finalidade de nos limpar do pecado e, pelo culto permanente da doutrina que nasceu com o cristianismo, aprimorar-nos como irmãos, segundo os Evangelhos. As civilizações têm soçobrado no longo périplo da História. Esse o ponto fraco de todas elas. Ninguém pode afirmar que a civilização cristã não desapareça, ainda que as portas do inferno não prevaleçam contra a Santa Mãe Igreja, fundada por nosso Senhor Jesus Cristo sobre a pedra que era Pedro, o apóstolo que o negou e se arrependeu.

Mas, repetimos, estamos vivendo uma época secularizada da História. Secularizada também está a cultura, de que se deve nutrir a civilização, notadamente esta, servida pela ciência, cujos avanços no desenvolvimento comprometeram a sanidade das instituições sobre as quais deveriam – e deverão – assentar o bem comum, esse bem comum em nossos dias arrasado pelo desgaste da secularização, com todos os seus vícios. É esse o motivo por que o fogo votivo que sempre significou a sua adoração está se apagando, sem ter quem o preencha, como nas idades de muita fé, nos séculos onde se morria pelo Senhor e o estandarte de todas as nações estava içado para apelidar os fiéis. Esse tempo já passou, como diz o Padre Vieira, em formoso sermão. Reconhecemos, no entanto, que nem tudo está perdido ainda.

Mas, Deus, que recusamos no curso desta História secularizada, é mais procurado do que um valor terreno inestimável. Não há para Deus secularização,

porquanto não sobreviveu até hoje uma só doutrina atéia. O ateísmo, na realidade da História, não tem vida. É uma abstração do ser humano, que não suporta o peso da divindade no curso de seus dias. É este o mal de que sofremos neste século, como o sofreram os nossos antepassados, como vão sofrendo os nossos descendentes, diretos ou indiretos. Dos gregos pré-socráticos aos pós-socráticos, de Platão a Aristóteles e de seus epígonos até os nossos dias, já se inventou um sem-número de eufemismos para a condição do ateu e nenhum subsiste, pois ao cabo de reflexões que se façam reponta a idéia de criação, dos profetas que nos advertiam de Deus e de não serem coincidentes os nossos pensamentos e nossos caminhos com os seus caminhos e os seus pensamentos.

Nem por sermos diferentes, esse Deus, no qual os ateus não querem crer, acaba por nos colocar na linha de seus pensamentos e de seus caminhos, que levam às moradas do Senhor, cujas casas são em grande quantidade para nelas todos cabermos, como no Vale de Josafat e, mais do que tudo, no coração de Jesus. Afirmamos, por suas reflexões todas, que Deus nosso Senhor quis que seu filho unigênito conhecesse a jornada do viajante terreno para avaliar o quanto de sofrimento carregamos e quão pouco de alegria desfrutamos na Terra que nos foi dada como berço, pois a ela voltaremos, para de novo sermos pó. Vimos, por isso, no ateísmo a maior ofensa, não a Deus, que a todos perdoa, mas à Terra, por não saber avaliar a exata distinção entre o bem e o mal, na única religião, a Revelada, que separa um do outro.

Quem der um balanço, no sentido contábil da palavra, no peso dessas duras palavras, verá que ao ser humano foi reservado padecer o mal, enquanto o bem é servido em quantidades homeopáticas, e, no final das contas, de tudo quanto fazemos, de todas as nossas ações, o mal atuou mais do que o bem, praticamos muito mais o mal que renegamos do que o bem que nos satisfaz. Foi sábia e bondosa a Santa Madre Igreja Católica Romana ao fazer do bem o alvo último de nossas jornadas, ao passo que o mal nos acompanha todos os dias, levando-nos a praticar um, pelo menos, dos pecados que nos fecham a porta do céu até que nos limpemos das máculas contraídas na Terra. Analisando a vida nos seus acidentes, nas suas descidas às cavernas do mal, ou ascendendo, ainda que

fugazmente, às alturas do bem, vemos que a escolha dos santos obedece a um desígnio de que só Deus Nosso Senhor conhece a chave. Pelos milênios que se sucedem até o advento do Cristo, por filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Plotino, Orígenes e tantos outros, o bem foi procurado com afinco, mas o mal prevaleceu sempre, fazendo desaparecer o que o escolhido fizera para o vencer.

Criou a Igreja Católica Apostólica Romana a santificação dos poucos escolhidos, a minoria que se dedicou a fazer o bem, não raro com sacrifícios inauditos. Ganharam a glória do altar esses poucos. Temos aí a seiva vigorosa da civilização, composta das várias culturas que se edificaram na Terra. Umas já desapareceram, como substância da civilização, outras, uma reduzida minoria, relacionada por Toynbee, subsistem. Mas, perguntamos, até quando? Quem nos garante que os restos da civilização ocidental e cristã suportarão os embates do milenarismo, do materialismo, que a ciência tem alimentado com abundância tamanha, cujo volume já os enxundia até à deformidade? É duvidoso, embora, nesta altura do terceiro milênio, em que nos encontramos, as crises se avolumam, dirigindo suas bombardas contra todas as nações, mais adequadamente contra todas as suas instituições, que, por isso mesmo, estão abaladas.

O mundo, na História, tem transitado em crises. Não há uma só nação — é impróprio falar-se em nação-Estado por todas o serem — que não registre, em nossos dias, o conhecido *time of troubles*, que, da noite da História até os nossos dias, fizeram tremer as instituições, como bem o demonstra Toynbee. Dentre as nações, podemos, mesmo, destacar a Igreja, cuja barca, a de Pedro, enfrenta sem um alívio os temporais do mundo. Roma nos deu o perfeito exemplo do *time of troubles* e o declínio da cultura, de Augusto a Diocleciano. Desintegrou-se a civilização, entrou em colapso a cultura, e o ser humano, impotente, acabou sucumbindo nos seus ideais de vida. Não escapou das guerras, não gozou ou não soube gozar a paz. Vê que a história das civilizações é a história do ser humano em nações, ora íntegras, ora divididas, mas nações que se formaram no tempo.

Quando os colonos que se haviam estabelecido no território que veio a ser os Estados Unidos tiveram uma intuição, a de uma república presidida por um dos seus, sem relação com o saber, procuraram tão-somente o bem comum. E os Estados Unidos inspiraram o Terceiro Estado francês. Explode a Revolução Francesa, mas não era a mesma, não poderia comparar-se com a dos Estados Unidos, que nasceram sem história, enquanto a França vinha de Clóvis, do passado remoto, de instituições consolidadas e nações com um passado comum, que atendia aos interesses dinásticos, sob os quais se desenvolveram.

Foi a grande catástrofe para o mundo, um longo — ainda não terminado — *time of troubles*, que abala todas as nações, infiltradas de ideologias, cuja força deletéria periodicamente as alui. Foi o que até hoje fizeram as heresias, que sob o nome de secularização estão abundantes no declínio da civilização cientificamente mais rica que a História registra. É paradoxal que uma civilização opulenta, como esta em que estamos vivendo, tenda a conduzir à ruína a civilização espiritual, a herança cristã, de um Deus que morreu na cruz, para dar a todos os nascidos um destino de amor, de paz, de convívio e de superior fraternidade. Nações têm existido onde, por longo período de tempo, os seus habitantes vivem na paz a que aspiram. Mas são quadros históricos, são ciclos em que se revezam os bons com os maus, prevalecendo sempre os maus, não obstante a pregação da Igreja pelo respeito e assimilação do legado divino. Santo Tomás ensina a nos assimilarmos a Deus. *Omnio assimilare Deo*. Mas o que vemos, observamos, na vida de cada um em sociedade é que esse indivíduo-pessoa despenca de sua condição humana para ser um animal que não resiste em fazer o mal ao seu semelhante.

Fomos nascidos e criados, constituímos família, tivemos filhos e descendentes, para cumprirmos um destino, o da civilização expurgada de todas as mazelas. Transcorridos dois milênios do cristianismo, cuja missão era essa, somos os mesmos seres capazes de ódios e de fúrias contra o que deveria ser o irmão ou como o seu irmão. Tudo isto no meio da ciência altamente desenvolvida, como o ser humano não sonhara, faz poucos anos, com as suas invenções e

descobertas, suas criações e o poder que pôs nas mãos de todos os seres, para imaginarem que foi recriado o Paraíso Perdido na terra, embora o acesso aos bens à sua disposição seja acessível, cada vez mais, a uma reduzida minoria, enquanto a maioria das populações bracejam em necessidades.

A civilização, infelizmente, não se mostra estabilizada. Ao contrário, ela se debate no turbilhão das contradições. Cristãos não se entendem. Muçulmanos contêm em seu seio inimigos que deveriam se amar por amor ao Profeta. O budismo, o bramanismo, o shintoísmo, as religiões reformadas não trouxeram paz à Terra, a única que temos, onde nascemos e vamos reverter ao pó. A História continua a rolar no tempo, com suas crises, com seres felizes e seres infelizes, com os sãos e os enfermos, com os ricos e os pobres, com os pobres e os miseráveis, sobretudo com os pecados capitais e menos capitais, maculando a nossa jornada até que a implacável Parca nos recolha todos na suprema igualdade.

Estamos todos num processo, não sabendo para onde vamos, embora saibamos que vamos para um fim. As civilizações se sucedem, cada qual com suas notas distintivas, pacíficas umas ou polêmicas outras. Somente não sabemos quando, finalmente, teremos paz, até o último crepúsculo que alonga as nossas sombras, para, afinal, as cobrir com o manto do grande Nada, a nota decisiva de nossa passagem pela Terra, cumprindo nossa vocação, já para o bem, já para o mal, que esse é o nosso destino. O Senhor deve guardar a Cidade. Para sermos, ao menos, felizes na condição em que nos encontrarmos. Sabemos que “O Senhor reinara na eternidade e além da eternidade” (Êxodo, 15:18). É o nosso consolo, neste mundo de tremendas decepções.

Ilustração da abertura (p. 158):

Tomada de Constantinopla, capital da Cristandade Oriental, sede do Império Bizantino, ocorrida nos dias 28 e 29 de maio de 1453, por obra do sultão turco-otomano Maomé II. O fim do império cristão do Oriente foi um dos acontecimentos mais dramáticos e espetaculares da história moderna. (Paris, Bibliothèque nationale)

Linguagem e pensamento

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Primero vem o encontro; o Verbo vem depois. De repente nos defrontamos com algo cuja existência ignorávamos. É um instante germinal, um momento de espanto e encantamento, como um encontro de amor. Como se a realidade levantasse mais uma ponta infinitesimal de seu infinito véu de mistérios e nos revelasse mais um de seus segredos e nos mostrasse não uma simples coisa, mas um novo ente que integra sua eterna, mutável e multifária estrutura. Nesse instante nasce em nossa mente o conceito, a compreensão amorosa e perfeita do que é esse ente novo para nós. Ato contínuo emitimos o Verbo, que lhe dá um nome, atesta nossa descoberta e estabelece nossa posse intelectual sobre esse ente. Essa palavra – o nome que o identifica – amplia nossa representação e integração com um universo. Daí para a frente o chamaremos pelo nome que lhe demos, essa palavra que envolve, simboliza e recapitula seu conceito.

Esse processo de captura mental da realidade transformada em conceito (conhecimento registrado simbolicamente pela linguagem

Membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Internacional de Direito e Economia. Autor de *Que Brasil é este? – Um depoimento*. São Paulo, Editora Senac.

verbal), é um momento único, irrepetível, pois a ele se acham associados não só uma percepção intelectual mas todas as sensações e emoções globais (gestálticas) que acompanham a descoberta e identificação do novo ente. Arquivado em nossa memória como conceito abstrato, simbolizado pela palavra, quando invocado ele jamais recupera a concretude flagrante que exprime a plenitude de sua identidade – sua verdade existencial. Quando ao pensar invocamos seu nome, apenas recapitulamos a esfumada imagem de um passado amor, desfigurada pela tosca fotografia do verbo.

Queremos dizer que o pensar, que eminentemente se opera pela via de articulação da linguagem verbal que codifica os conceitos, não recupera a flagrância da realidade capturada pelo conceito original. Passamos a trabalhar mentalmente com conceitos verbalizados, que são como vagos fantasmas do conceito original, tão desfigurados em sua verdade existencial quanto os retratos se distanciam de pessoas falecidas. Só pelo uso de outras formas de representação e com o uso de outras linguagens, como as da poesia, da música, das artes, conseguimos uma recuperação mais viva e fiel da realidade. Mas, para operar intelectual e racionalmente com nossa experiência e representações da realidade, não dispomos de processos mentais mais adequados do que o proporcionado pela linguagem conceitual verbalizada – com as limitações e distorções que ela implica.

Vêm daí as principais falhas e os erros habituais que cometemos “ao pensar”. O pensamento autêntico e verdadeiro é aquele que, utilizando a linguagem verbal (as palavras que dão nome às coisas), é capaz de, fazendo um caminho de volta às origens, restaurar com o máximo de proximidade e fidelidade, no conceito original e amoroso, o primeiro encontro do intelecto com um novo ente da realidade. Todo pensamento verdadeiro é uma re-criação do significado conceitual concebido nesse primeiro encontro.

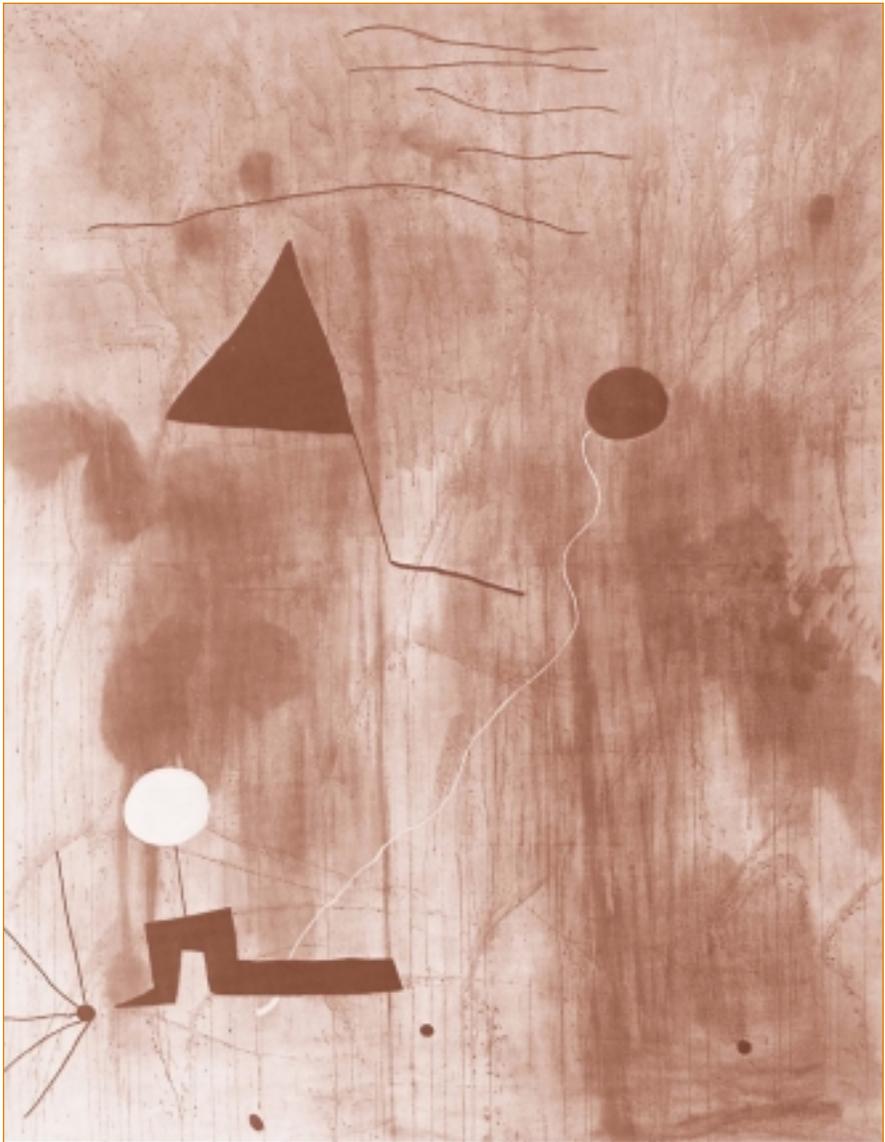
Se o que estamos dizendo é verdadeiro, trata-se de algo pior que uma simples aporia, trata-se de uma impossibilidade de nossa razão de, a cada instante e exercício do pensamento, recuperar uma representação autêntica da realidade, bracejando nos fossos e torvelinhos das falsidades da linguagem.

~ Análise e síntese

São duas as qualidades da inteligência humana, polares mas complementares. A de abstração, generalização e síntese, que leva à conceituação e se exprime simbolicamente pela linguagem, e sua recíproca, que partindo da linguagem refaz, pelo caminho inverso, a objetivação, concretização, individualização do real. Enquanto a primeira converte o real espacial e temporal no espiritual, que transcende o espaço e o tempo, a segunda converte o espiritual abstrato, simbólico e genérico, em realidade concreta e individuada. Se não se faz esse retorno da linguagem conceitual, simbólica e abstrata para a concretude, em lugar de se comunicar a realidade apreendida cria-se uma fala sem sentido, uma verbalidade sem significado, oca, ectoplásmica.

Pensar é realizar esse périplo que circula de um pólo ao seu antípoda. Não há muitas inteligências dotadas dessa faculdade circunavegatória. Falamos de inteligência utilizando um atalho verbal, apenas, atalho que sumaria a atividade intelectual. Trata-se de uma simplificação semântica visando facilitar o entendimento. Pois como sucede com todas as outras faculdades de representação-comunicação, distinguimos para esclarecer uma realidade que permanece una. Nessa realidade, o ato de compreender e explicar jamais é uma atividade mera e exclusivamente intelectual. Ela envolve o homem por inteiro, sua mente e seu corpo, seus circuitos neurológicos mas também seus humores, seu metabolismo global. Emily Dickinson conta que quando entrava em contato com um poema sentia o corpo em febre. E quando nos referimos a essa totalidade humana não podemos cometer o erro de esquecer que ela contém e engloba toda a memória histórico-cultural da espécie que o indivíduo pensante conseguiu incorporar.

Torna-se assim evidente que o ato individual de pensar ampla, profunda e claramente, e de transmitir de forma cabal e inteligível esse pensamento a outros, fica delimitado não só pela capacidade de abstração e conceituação, como pelo grau de amplitude, profundidade e clareza com que ele participa do saber incorporado pelo espírito humano em sua saga histórico-cultural. A acuidade



Joan Miró (1893-1983)
O nascimento do universo (1925)
Óleo sobre tela 2,51 x 2 m
Museu de Arte Moderna de Nova York

no perceber e internalizar intelectualmente a realidade implica, quando se trata de comunicá-la, no domínio dos meios de exprimi-la, isto é, numa amplitude maior ou menor de linguagem.

Assim se sumariam e explicitam as ingentes dificuldades de pensar e comunicar pensamentos e a raridade com que isso ocorre para os indivíduos e para a espécie.

Além da linguagem verbal do pensamento, o homem dispõe de outras formas de representar o mundo e a si próprio e comunicar sua representação por meio de outras linguagens igualmente simbólicas, como a expressão corporal e as artes em geral. Tais linguagens, embora possam ser mais expressivas do que a linguagem verbal, são de natureza eminentemente emotiva e, assim, de pouca ou nenhuma utilidade para o desenvolvimento do conhecimento racional e propriamente intelectual.

Nesta casa de Bonn, Niebuhrstrasse 30,
Brahms concluiu, durante o verão de
1868, o “Réquiem Alemão”.





Um réquiem alemão

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Embora tenha recebido o título de “Réquiem” – “Réquiem Alemão” ou “Ein deutsche Requiem” – a grande obra que constitui o *Opus 45* de Brahms nada tem com a missa fúnebre da liturgia católica. Em primeiro lugar, porque Brahms era protestante, e como tal não lhe soariam bem certos trechos do ofício católico, em total desacordo com a teologia reformada. Por outro lado, ainda que quisesse inspirar-se num trecho não muito canônico (para a sua Igreja), pois o astro musical poderia – e mais de uma vez aconteceu – sobrepor-se a barreiras doutrinárias ou dogmáticas (pois a maior obra do protestantíssimo Bach não é uma missa católica?), essa não foi a sua intenção. A palavra “Réquiem” no título deve ser entendida simplesmente como algo que leve ao descanso, à meditação, à paz interior, dentro, todavia, de uma conotação tipicamente protestante. Para tanto, os textos que Brahms escolheu na Bíblia são profundamente expressivos.

O compositor foi buscá-los em diversos livros, tanto no Velho como no Novo Testamento, desde os Salmos até o Apocalipse, pas-

Historiador, autor de *Fontes para a história de São Paulo numa conjuntura de transição* (1981) e *Café e ferrovias* (1990). Membro da Academia Paulista de Letras e do IHGSP.

sando por Salomão, pelo profeta Isaías, pelo Sermão da Montanha, pela Carta de Paulo aos Coríntios, pelas epístolas de Tiago e Pedro e pela Carta aos hebreus. Seu ponto de partida, pode-se dizer, foi o Sermão da Montanha, a mais perfeita síntese do Evangelho, com a vantagem de ter sido feita pelo próprio Cristo e não pelos seus seguidores, capazes, muitas vezes, de deformar a doutrina do Mestre.

Para Brahms – na sua maneira protestante de ver as coisas – o principal é a crença na ressurreição e na salvação pelo sacrifício de Jesus, e, assim sendo, seu “Réquiem” tornou-se um sublime hino de consolação para todos aqueles que estão amargurados e que sofrem. Tal como as bem-aventuranças do Sermão da Montanha, pois é o espírito do grande discurso que perpassa por toda a obra. Curioso! Embora de autores tão diferentes e de épocas tão diversas, dir-se-ia que todos os textos que Brahms escolheu procedem da mesma fonte, que não parece senão o Cristo das bem-aventuranças.

Um analista da obra de Brahms, Willibald Nagel, lembra que, quanto à técnica de composição, o “Réquiem” constitui “um conjunto ininterrupto de perfeições artísticas”, acrescentando que, nele, o compositor nos deu o que de mais pessoal ele tinha, principalmente nos sons que proclamam “a suave resignação, a dor agreste, os lamentos, o sofrimento espiritual e o misticismo da visão profética”. Mais uma vez, tal como no espírito das bem-aventuranças.

Embora homem religioso, Brahms nunca foi muito vinculado à Igreja e nem a música sacra era o seu forte. Como bom luterano, pagou tributo aos “corais” de sua Igreja, compondo, para órgão, variações sobre alguns deles, o que parece ser, salvo raras exceções, uma constante nos compositores alemães protestantes, desde a Reforma do século XVI, ou, mais precisamente, desde a constituição da Igreja Luterana. Esta, como é sabido, valorizou muito a música, não só restabelecendo o canto congregacional, que havia sido abandonado pela Igreja Católica, como, conseqüentemente, estimulando a criação de vasta hinologia, o que ocorreu também com as demais Igrejas originadas do movimento reformista. E raro foi o compositor que não se inspirasse no riquíssimo e variadíssimo mundo dos “corais” para escrever obras para órgão, instrumento que pela

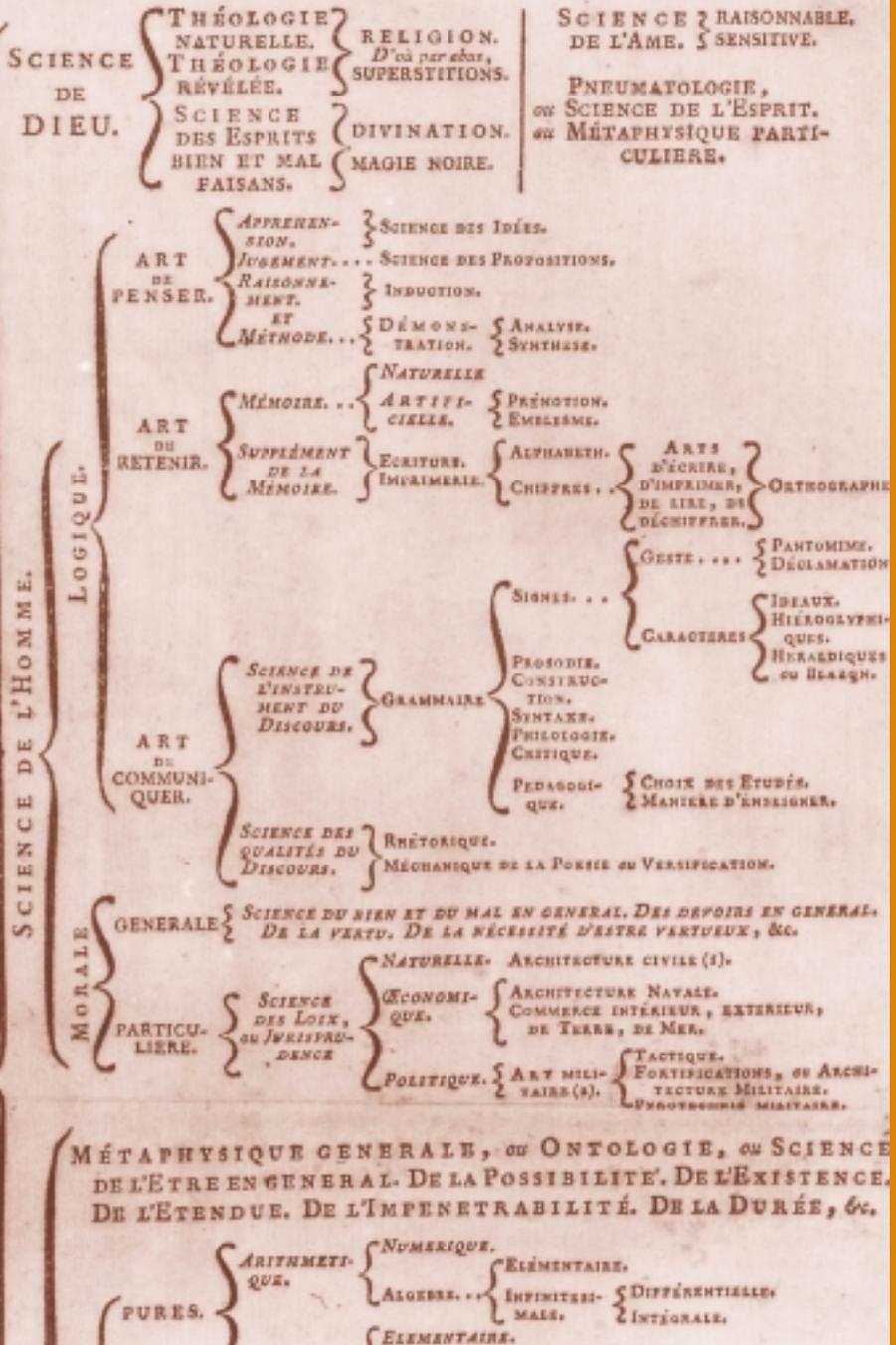
sua natureza esteve sempre muito vinculado às funções religiosas. Nenhum, entretanto, excedeu, nesse campo, a Johann Sebastian Bach, cujos *Choralsvorspile* (que se poderia traduzir por “prelúdios sobre corais”) constituem, em mais de duzentos, um dos maiores momentos da literatura organística. Pois bem: até em Brahms (já no Romantismo) encontramos exemplos (é verdade que poucos) dessa forma de composição. Mas, por interessantes que sejam, constituem exceções na obra do mestre e talvez nem fizessem falta se não existissem. O mesmo já não se pode dizer do *Opus 45*.

Parece, com efeito, que Brahms estava guardando toda a sua espiritualidade para uma obra de fôlego em vez de dispersá-la por obras menores. Tivesse escrito só o “Réquiem Alemão” e isso seria suficiente para enfileirá-lo entre os maiores compositores de todos os tempos. Seria, simplesmente com ele, um dos chamados “três grandes *bês* da história da música”, sendo os outros dois Bach e Beethoven.

Entre parênteses: essa mania de citar os “três Bês” levou uma firmadora anunciar um disco de Bartok com a frase: “Bartok também se escreve com B...” Isso é tolice: a letra B é das mais ricas nos dicionários musicais: Byrd, Buxtehude, Bellini, Bizet, Barber, Bartok, Berg, Berlioz, Bernstein, Binchois, Bloch, Borodine, Busoni, Bruckner, Britten... E sem falar nos filhos de Bach, muitos e quase todos compositores.

R A I S O N .

PHILOSOPHIE.



Quadro (parcial) do sistema de conhecimentos colocado no fim do *Prospectus* anexo ao tomo I da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. Paris, Bibliothèque nationale.

Razão, razões – Razão e circunstância

NELSON SALDANHA

A razão, tida como atemporal, universal e invariável, desdobra-se em razões. Os homens, em cuja vida ela ocorre como função, faculdade ou algo semelhante, são variáveis. Universal, se considerada sob certo prisma, é a “essência” do homem; discute-se se ele possui uma “natureza”, uma substancialidade autônoma; mas a existência humana é contingente, a “humanidade” do homem é histórica e dá-se como situação. Dá-se, portanto, como um feixe de pluralidades, que se compreendem dentro de um leque conceitual: vidas, valores, condições, momentos. A referência à razão, que emerge no pensamento grego por volta do século VI a.C., alude desde o início, correlatamente, ao pensar. E também à linguagem, ao menos implicitamente. A razão “pensa”, e o pensamento se expressa através da linguagem, falada nos começos e depois escrita, posteriormente instrumento e limite da autoconsciência que vem a ser marca e (ao

Este texto serve de complemento ao que foi publicado na revista *Brasilis*. Rio de Janeiro, ano I, nº 2, dezembro 2003. Nelson Saldanha é advogado e escritor, nasceu no Recife, em 1933. Professor universitário, membro da Academia Pernambucana de Letras, autor de *História das idéias políticas no Brasil*; *Sociologia do Direito*; *Humanismo e História*; *O jardim e a praça*.

que parece) peculiaridade do ser humano.¹ O ser humano enquanto entidade histórica, já se vê: em seu labor constante, em seu contacto com as coisas e com os outros.

A racionalidade do ser humano, que com o tempo se tornou inquestionável (por conta da referência ao gênero *animal* e à espécie racional), aquela racionalidade não se vincula apenas a uma perspectiva abstrata. Ela se manifesta também dentro da concreta realidade histórica. Basta pensarmos na impressionante capacidade dos homens de 3.000 ou 2.000 a.C. no sentido de se organizarem, construir cidades, dar nomes às coisas e pautar comportamentos, tudo isto no meio de grandes dificuldades. Há naquelas atividades uma racionalidade ostensiva, inclusive na medida em que as estruturas colocadas na organização social e urbana eram entendidas nas crenças mais antigas como correlatas da própria ordem natural e celeste.² Nada disso impede que consideremos o “outro lado”, com as paixões e ilusões que se movem dentro dos humanos. Nem que, posteriormente, o próprio uso da razão viesse a distinguir aspectos “mais” e “menos” racionais dentro das ações humanas.



Com o tempo, muito tempo, a terminologia filosófica e política passou a falar em diversas *razões*, detectáveis dentro do mundo social. Isto ocorreu principalmente após o advento do termo *Razão do Estado*, criado e divulgado por Giovanni Botero e outros para designar o fundamento do Estado autoritário vivido e teorizado desde Maquiavel: o Estado com seus “motivos”, suas justificações, suas estratégias. O fenômeno tem sido

¹ Com isso se coloca a conexão entre as estruturas de um idioma e o tipo de pensamento que ele permite e possibilita. Cf. Umberto Eco, “A linha e o labirinto: as estruturas do pensamento latino”, em Georges Duby (org.), *A civilização latina. Dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1989.

² Ver Mircea Eliade, *Le Mythe de l'éternel retour*. Paris: Gallimard, 1969, p. 17 e segs. A propósito, Nelson Saldanha *Ordem e hermenêutica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2003, cap. III.

comum no Ocidente moderno, com a difusão às vezes abusiva de certas expressões.³

E deste modo fala-se na razão liberal, na razão capitalista, na razão comunicacional. Não seria despropositado, registrando o abuso ocorrente em certos casos e retornando ao caráter “demasiado humano” do desdobramento das alusões à razão, enfatizar, como algo óbvio, que as variações (circunstanciais) da razão são variações do humano: variações em termos de época e contexto, de raça e de nacionalidade, de gerações. Claro: os *idola* que Francis Bacon geralmente mencionou no século XVII eram correlatos de razões e de linguagens.

De certa forma o processo de secularização, que no Ocidente se iniciou mais ou menos com o nominalismo, afetando gradativamente as relações entre o pensamento e as instituições, recolocou a distinção entre o viver público e o privado. O iluminismo, adversário do Estado absoluto e também da teologia (dominante nos séculos ditos medievais), reformulou as razões da “esfera pública”. Ao espaço público, que a burguesia ajudou a construir, correspondiam razões que não eram as mesmas existentes na “esfera privada”.⁴

Mas o crescimento da complexidade cultural, juntando o plano econômico com o político e com o literário e com o filosófico, produziu no Ocidente pós-renascentista uma série de novos experimentos sociais, novas soluções políticas e novas construções literárias. É fecundo registrar a correlação destas coisas entre si: a do capitalismo com o protestantismo (tema a que Max Weber dedicaria um livro notável), a da literatura utópica com as grandes viagens marítimas, a do Estado constitucional com o racionalismo “aplicado” (Sieyès, Rousseau).

Sob outro ângulo, mas com referência ao mesmo quadro, pode-se aludir ao contraste (dentro da cultura francesa) entre Descartes e Montaigne. Descartes

³ No caso expressões como “razão tupiniquim”, ou, sobretudo, “o discurso liberal”, “o discurso do poder” e outras (sempre mais longe do emprego ocorrente no texto *L'Ordre du discours*, de Foucault, e em sua *Arqueologia*).

⁴ Referência básica, o conhecido estudo de Jürgen Habermas sobre a *Öffentlichkeit*. Cf. trad. francesa, *L'Espace public*, Paris: ed. Payot, 1978. Para outra perspectiva, nosso *O jardim e a praça*. São Paulo: Edusp, 1993, passim.

um racionalista com interesses na ciência positiva, Montaigne um humanista ligado à leitura dos antigos: ambos, contudo (descontando-se os anos que estão entre a morte do segundo e o nascimento do primeiro), frutos do Renascimento e da secularização da cultura e da filosofia.⁵



A partir de certas doutrinas e de certas temáticas, surgidas no trânsito do século XIX para o XX, o problema da razão e do racionalismo passou a colocar-se com referência ao convívio entre a razão e a vida. Certas euforias das ciências biológicas e certos ecos do evolucionismo trouxeram para a filosofia novos desdobramentos da idéia de evolução (como em Bergson, por exemplo) e nova ênfase sobre a vida como tema. O conceito de vida (*élan vital* e outras coisas) passou a cobrar direitos: nenhuma realidade tão “radical” quanto ela. Isto veio a relacionar-se com movimentos “não racionalistas” em política, como o tradicionalismo (o francês, por exemplo) com seu apego à terra, e como os extremismos de direita vinculados ao elogio do sangue, da nação ou da raça. A referência à vida (como realidade radical ou não) apareceria também em filosofias menos “pesadas”, como a de Simmel, que por sinal era judeu, ou a de Dilthey, ou a de Ortega, tão influenciado por Simmel (por Dilthey somente na maturidade). No caso de Heidegger, tivemos um não-racionalismo tácito e uma adesão ao nazismo mal-resolvida, aparentemente temporária e sempre mal-explicada. No raciovitalismo de Ortega uma tentativa de amparar o vital sobre o racional e vice-versa; o vital substituído pelo *histórico* nas obras da maturidade.

⁵ Um tanto diferente a distinção entre Descartes e Giambattista Vico, correspondendo a cada um (emblematicamente, dir-se-á) um *modo* de ver as coisas humanas dentro do Ocidente moderno. Descartes, responsável pelo modo racional-cientificista-conceitualizante; Vico, um dos primeiros a expressar realmente uma perspectiva histórica, embora um tanto barroca, e a enlaçar nessa perspectiva a visão da ciência com a mitologia, e a da lingüística (em germe) com a crítica das escolas filosóficas (uma alusão de Vico a Descartes, por exemplo, em sua famosa dissertação *Sabiduría primitiva de los italianos desentrañada de los orígenes de la lengua latina* (ed. do Instituto de Filosofia, Buenos Aires, 1939, p. 9 e segs.).

Em Ortega, como se sabe, a referência ao raciovitalismo completou-se com o perspectivismo, e também com a consideração da circunstância.



Posso aludir novamente à idéia de *situação*, aliás presente na agônica meditação de Sartre sobre a liberdade: a liberdade humana como algo irrenunciável, e contudo sempre dada em situação.

É que o tema da liberdade, herdado pelo Ocidente da teorização dos estoicos, que viam nele um correlato da racionalidade mesma, teve de ser temperado, sobretudo a partir do Romantismo, com a idéia de situação: razão e liberdade situadas, entretanto resgatadas de dentro de cada contexto (e subsumidas nos respectivos conceitos gerais) pela referência universalizante ao humano.

O mesmo processo histórico, de retomada de temas antigos, mas com ingredientes novos, veio ocorrendo no ideário moderno. Assim o problema da lei, o do direito natural, o da obediência, delineados dentro da cultura grega (e da romana), reconstruídos a partir do iluminismo inicial e da correlata experiência política; assim o conceito de direito e o de poder, estes largamente presentes na literatura política romana, refeitos no Ocidente moderno sob o peso das revoluções liberais.

Destarte a razão se conceitua como faculdade, como função abstrata, mas se reconhece nos processos histórico-sociais. Nestes se encontram as construções onde o espírito objetivo aparece: cálculos geométricos desde o antigo Nilo, calendários, normas musicais, normas lógicas, versificação, edifícios, cada uma destas coisas contendo óbvias variantes da racionalidade.⁶

⁶ Estaria a gramática (ou as gramáticas) como base de todas as análises, as lógicas e as ontológicas. A gramática é a análise, embora se condensem nela as marcas da historicidade (omitirei, aqui, as habituais complicações de Derrida em sua *Gramatologia*). A crise da gramática exprime e integra a crise do próprio pensamento secularizado: a gramática sempre vem, em cada cultura, após os hinos, após a linguagem lírica e religiosa. A gramática é de certo modo um jogo de palavras, severo e autoritário (vejam-se na língua alemã os termos onde entra o componente *Wort: Zeitwort*, etc.).

Se a reflexão se detém na altura da perspectiva puramente formal, a racionalidade se configura como uma qualidade do pensar, ou da atuação humana mais específica (animal racional); como algo intemporal e invariável, que aparece inclusive quando se pensa (e com acerto) que os homens divergem no não-racional, mas entram em acordo quanto ao racional, que é o universal e é o objetivo. Mas se se procura em torno, se se indaga pelos contextos, então se detectam, além da *forma* invariável que define o racional como tal, as variantes (falei disso acima) e, sobretudo, a relação entre contextos e variantes.

E isto nos reafirma a relevância do ponto de vista histórico: a relação entre as variantes de cada elemento fundamental do viver (instituições, valores, condutas) e os contextos onde ocorrem, se desenha sobre a imagem mesma dos contextos, isto é, sobre traços históricos e coordenadas antropológicas. Ao mesmo tempo em que se acentuam as diferenças entre a visão formalista (latentemente analítica) e a visão historicizante-hermenêutica, a consciência do humano busca a compreensão da compatibilidade entre ambas. Compatibilidade, é claro, apenas pensável a partir da segunda visão, que é humanística e abrangente, e sabe que análises e sínteses, tanto como entendimento e intuição, tudo se remete à substância viva do espírito.

Recife, 23 de janeiro de 2004

A formação brasileira

PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA

A maior obra dos portugueses na América do Sul foi haverem legado um Brasil colossal, territorialmente íntegro e unido por um só idioma. Os espanhóis não conseguiram isso, seu império centro e sul-americano se fracionou em dezenas de pequenas repúblicas que pouco se entendem, e até hoje ainda se digladiam internamente, além de algumas delas separadas nesse âmbito por diversos idiomas, a exemplo do guarani no Paraguai, do quíchua no Peru, Equador, e Bolívia. No Brasil, o idioma português jamais dividiu espaço com línguas indígenas. Talvez isso se deva à diferença entre a índole espanhola, algo belicista e arrogante – discriminatória, portanto – e a portuguesa, pacífica e tolerante, que assimila.

Entretanto, além da obra meritória de unidade nacional, outros aspectos da administração portuguesa merecem atenção: até 1808 ela foi algo sofrível, e isto na melhor das hipóteses; o que presidia a tudo era o sentimento e o intuito de explorar – no mau sentido da expressão – o País, tirando deste o máximo de proveito para a eco-

Doutor em
Direito
Constitucional
pela Pontifícia
Universidade
Católica de São
Paulo, membro
do Instituto
Histórico e
Geográfico de
São Paulo e do
Instituto de
Geografia e
História Militar
do Brasil.

nomia da metrópole de Lisboa, e para a fortuna pessoal dos empresários portugueses.

Com a chegada do Príncipe Regente Dom João, não se pôde mais falar em administração “portuguesa”: de pronto esse governante se deu conta do que era o Brasil, que só conhecia pelos relatórios trimestrais dos vice-reis; e mais, apaixonou-se pelo país. A partir daí, começou a nossa verdadeira formação política e administrativa.

Não é demasia verificar que à obra desse governante deveu-se o surgimento do senso de nacionalidade brasileira. É certo que a batalha de Guararapes, que resultou na expulsão dos holandeses e na concepção de um Exército nacional, assim como a aclamação de Amador Bueno como “rei do Brasil” pelos paulistas em 1640, já contiveram um embrião de nacionalismo, mas essas foram manifestações localizadas e incipientes: foi a obra do regente e depois rei, a partir de 1808, que solidificou a noção de brasilidade, de nacionalidade brasileira.

Dom João empreendeu uma obra hercúlea: mandou abrir estradas que ligavam Cuiabá (MT) a Vitória (ES) e a São Paulo, Cuiabá a Belém, Vitória a São Paulo, Salvador ao Rio de Janeiro, São Paulo a Rio Grande (RS); em suma, atravessou o País em todas as direções e quadrantes. Aproveitou os grandes rios como parte dessas estradas, em hidrovias.

Ainda mais, esse príncipe fundou fábricas de vidro e de pólvora, siderúrgicas, companhias de seguros marítimos, mandou construir fortalezas ao longo do litoral, aumentou os efetivos militares, deu salários condignos à tropa e à polícia, além de sistemas previdenciários para ambas e para o pessoal dos Correios; para estes últimos, aliás, organizou a primeira carteira previdenciária do País. Criou escolas de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, academias militares, hospitais civis e militares, estabelecendo o cardápio e o regime de internamento dos doentes; criou laboratórios para a produção de vacinas, dois hospitais para o tratamento da lepra, determinou a instalação de cursos de português, latim e inglês em todo o território nacional, e por aí afora.

Não bastasse, estabeleceu *do próprio punho* a estrutura da Administração Pública brasileira, que continua vigorando até hoje; à época, chegou à minúcia de

estipular o salário de cada cargo e função. Isentou de impostos e do serviço militar os agricultores familiares, proibiu que os escravos fossem marcados a ferro em brasa, como gado, e começou a importar colonos europeus para substituírem o trabalho servil.

Igualmente, dava atenção pessoal ao urbanismo, determinando que em todas as cidades as ruas fossem arborizadas, tivessem um número mínimo de praças e de chafarizes públicos, assim como ordenou o aterramento de mangues e águas paradas que propiciassem a proliferação de mosquitos.

Entretanto, isso não foi tudo. Esse homem de pouco brilho, mas de muita eficiência, fundou a Academia Nacional de Belas Artes, o Museu Nacional, o Conservatório Nacional de Música, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, vários estaleiros para a construção de navios, e muitas outras instituições, como o Conselho de Estado, a Junta da Agricultura, os Tribunais de Justiça, a Real Academia Militar, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Junta de Administração da Moeda e do Crédito, mais tarde rebatizada para Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, hoje conhecida com o nome de Banco Central do Brasil.

Por fim, se tudo isso não bastasse, elevou o Brasil à categoria internacional de reino independente, com governo e diplomacia próprios, no seio do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves: na verdade, *juridicamente* proclamou a independência do Brasil em 1816.

Quando precisou retornar a Portugal em 1821, Dom João VI embarcou chorando aos borbotões: seu desejo era permanecer pelo resto dos seus dias no Rio de Janeiro, nos seus retiros simples da Fazenda de Santa Cruz e do Solar de Paquetá. Na verdade, *em apenas treze anos criara a estrutura de um novo Estado nacional*, num país que amava mais do que o próprio Portugal.

Entretanto, houve um aspecto em que a chamada “administração joanina” não conseguiu avanços. Criara um Estado nacional, sim, mas nada poderia contra os trezentos anos de cultura costumeira, que fazia qualquer pessoa depender do Poder Público para tudo, em última análise, de um alvará da Coroa. Houvera empreendedores, com certeza, e desde Martin Afonso de Sousa, mas

eram relativamente poucos: na sua grande maioria a população era composta por “fiéis vassalos” pobres, sem iniciativa pessoal, estímulo, capital ou oferta de crédito para empreender.

É certo, a criação do Banco do Brasil veio atenuar um pouco as limitações ao crédito, mas a este continuou não tendo acesso o grosso dos “fiéis vassalos”. Assim, se já surgira por circunstâncias naturais no País uma mentalidade de pobreza, e pior, de resignação à pobreza, isso foi agravado com a chegada dos escravos africanos a partir do século XVII: a relação entre a população em geral e a Coroa quase que encontrava correspondência na relação entre o escravo e o senhor.

Nessa primeira fase da formação do País, reitera-se, Dom João VI fez muito mais do que era lícito esperar – criou a estrutura governamental e social, além de abrir as portas à instrução e à cultura propriamente dita – mas não poderia reverter outra “cultura”, de 300 anos, voltada à falta de empreendedorismo pessoal dos brasileiros, e à sua dependência em face do Poder Público.

Depois, veio Pedro I. O historiador inglês John Armitage, que residiu por muitos anos no Rio de Janeiro, na sua clássica *História do Brasil*, consignou que nos nove anos de reinado do primeiro imperador o País cresceu mais do que nos 300 anos anteriores. Com efeito, se em escassos treze anos Dom João VI criara a estrutura do Estado brasileiro, seu filho colocou-a a funcionar integralmente, com uma marca de desenvolvimento nunca antes vista.

Além de tudo, Pedro I implementou providências no sentido de estimular a iniciativa pessoal dos brasileiros para os negócios, diminuiu em boa parte a dependência dos cidadãos em face do Estado, mas os avanços foram poucos nesse campo: não basta um texto legal escrito, é preciso que os seus beneficiários se convençam a fazer uso dele; ainda pesava nos costumes brasileiros a dependência em face da Coroa, já então brasileira. É certo, o empreendedorismo aumentou algo, mas não significativamente. Essa foi a segunda etapa da formação brasileira.

Finalmente, veio Pedro II. Inicialmente apenas um símbolo – imperador aos cinco anos de idade – e depois um jovem monarca, investido nas funções

com quinze anos incompletos, e por isso sujeito às influências dos políticos dominantes. A partir dos vinte anos, porém, foi rapidamente assumindo as rédeas do Estado, inspirando os governos baseados no jogo partidário. De 1847 a 1889 – quarenta e dois anos, num reinado de cinquenta e oito – exerceu com serenidade e firmeza a chefia do Estado. Nesse período o Brasil viveu o maior surto de desenvolvimento conhecido no século XIX: foi o primeiro país do mundo a ter iluminação elétrica nas ruas, o segundo das Américas a ter rede telefônica e cabo submarino de comunicação com a Europa; a esquadra naval e a frota mercante brasileiras também eram as segundas em todo o mundo. Durante todo esse tempo, a inflação se manteve na casa de 1,58% ao ano, e a diferença entre o menor salário, de balconista, e o maior – de senador – era de somente dez vezes (25.000 réis x 250.000 réis).

Essa foi a terceira etapa de consolidação da formação do Brasil. Depois da deposição de Pedro II, as coisas tomaram outro rumo, inclusive quanto às desigualdades sociais: hoje, o menor salário oficial, o mínimo, é de R\$ 240,00, mas um senador percebe cerca de R\$ 67.000,00 mensais, se computados todos os acréscimos aos seus subsídios. O acúmulo inflacionário nos 115 anos decorridos desde o exílio do segundo imperador, chegou a 9 sextilhões por cento (9.000.000.000.000.000.000%), mas a inflação acumulada durante todo o seu reinado efetivo, de 49 anos, chegou somente a 119%.

Apesar de tudo isso, porém, embora tenha avançado *multíssimo* no caminho de eliminar a dependência do cidadão diante do Estado, o reinado de Pedro II também não conseguiu acabar com ela. É certo que a escravidão teve seu término previsível já determinado, com as leis Eusébio de Queirós (extinção total do tráfico negreiro), do Ventre Livre (filhos de escravas nasciam livres) e a dos Sexagenários (ao completar sessenta anos, o escravo tornava-se livre). Por isso, o Império teve inúmeros negros detentores de títulos de nobreza, como o Barão de Guaraciaba, e outros; também, vários ministros de Estado negros, como o Visconde de Jequitinhonha, e outros; e até um negro presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), o Barão de Cotegipe.

É igualmente certo que durante o longo reinado de Pedro II, um número muito grande de ex-escravos se tornou empreendedor nos mais variados campos de atividade, seus membros acumulando fortunas invejáveis. Mas, a verdade é que para a grande massa da comunidade negra a estrutura social existente anulava aquelas leis: escravos que deixavam formalmente de sê-lo, em geral, não tinham como viver fora da propriedade dos seus antigos senhores, e o vínculo da escravidão prosseguiu – ligeiramente atenuada – até 1928, quarenta anos depois da Lei Áurea.

Precisamente, foi a assinatura da Lei Áurea o que interrompeu a terceira fase de formação do País, com o segundo imperador. Este apoiara entusiasticamente o projeto de reforma agrária do Visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, a fim de dar assentamento de terras aos escravos libertados. Mas, já havendo perdido a estes (sua propriedade “semovente”), os fazendeiros passaram-se para o lado republicano. Além disso, o projeto de Ouro Preto pretendia implantar uma nova economia, baseada na indústria e nas novas técnicas, o que não agradou aos senhores de terras. O Império caiu em menos de seis meses.

No seu notável *Sua Majestade o Presidente do Brasil*, o diplomata inglês Ernest Hambloch registrou que durante o reinado de Pedro II o cidadão cresceu, lenta mas seguramente. Apesar de tudo, porém, se diminuiu a mentalidade de dependência em face do Estado, ela não acabou: persiste até os dias atuais, *inclusive no empresariado*, cuja maior parte continua esperando do Poder Público as benesses possíveis, a solução de todos os problemas empresariais e pessoais.

O Poder Público, por sua vez, integrado por pessoas formadas à base dessa mentalidade, age conforme ela: suas providências ditas “sociais” são clientelistas, assistencialistas, quase que de dar esmolas em troca de adesão política, uma espécie de submissão da população, semelhante aos trezentos anos anteriores a Pedro I.

Assim, por exemplo, os programas “Leite para todos”, do Presidente Sarney e agora restabelecido por Lula, “Bolsa-Escola” e outros de Fernando Henrique Cardoso, o “Fome-Zero” e outros do próprio Lula. Presentemente, já

lançam uma redução na tarifa de energia elétrica para famílias carentes. O que é isso, senão o estímulo à pobreza, com o aceno de que o governo vai diminuí-la um pouquinho, continuando todos, tanto quanto possível, nas suas mentalidades de pobres gratos ao governo *da hora*, e aderindo a este? E afinal, até quando os brasileiros deverão ser pobres e se conformar com isso?

Em 1800, os PIBs do Brasil e dos Estados Unidos eram iguais. Depois, ao longo do século, o norte-americano se tornou 100 vezes maior do que o nosso, no século XX essa desproporção se multiplicou, e hoje a situação é a que se conhece. Por qual razão isso aconteceu? Simplesmente porque, enquanto nós até hoje não conseguimos nos livrar inteiramente da herança cultural de primazia do Poder Público, nos Estados Unidos a cultura foi a do empreendedorismo pessoal, independentemente do Estado.

Se não voltarmos ao espírito realizador que caracterizou os personagens responsáveis pelas três etapas de formação do País – cada um de acordo com sua época e seus ônus – dificilmente poderemos assumir a ótica de empreender, chegarmos à posição de grande potência em qualquer sentido: continuaremos no clientelismo, que *só mantém a pobreza*. Então, temos uma população majoritariamente de pobres, ao que tudo indica perpetuamente pobres – porque os pobres procriam muito mais do que os demais – e cabe indagar o que pode pretender um país cujos habitantes não têm água, e muito menos encanada, em pleno século XXI, apesar de ter a maior reserva de água do mundo.

É preciso pensar “grande”, ter determinação quanto aos objetivos a serem alcançados, e tomar as providências correspondentes, pensando sempre no Brasil.

Desde que foi instaurado o sistema presidencialista, com seus conseqüências de natureza política e partidária a presidir tudo, o que se vê é somente a promoção e defesa de interesses pessoais dos que estão no poder; nestes, dificilmente são levados em conta os brasileiros como Nação. Mais do que antes, agora quem preside tudo são as oligarquias institucionalizadas a partir de 1889 – a primeira foi a do café, que já era incipiente desde antes – ou seja, a dependência de favores e adesões políticas.

Parece que já é mais do que hora de repensar falsos conceitos, o próprio sistema político e a mentalidade da nossa classe política. Afinal, nosso povo não significa apenas os 2.000 integrantes do Congresso Nacional, Executivo, e seus apaniguados diretos, o que multiplicado por 100 resultaria em 200.000: o povo brasileiro conta 175 milhões de pessoas! Na verdade, o que se vê hoje no panorama socioeconômico brasileiro tem algumas nuances de semelhança com o *apartheid* sul-africano.

Se isso fosse possível, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II estariam se revirando em seus túmulos. É chegado o momento de se pensar nas suas obras, e no espírito com que as empreenderam.